

DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO - DRT/MA
Lutando por trabalho e emprego decentes

Relatório de Gestão

2005

São Luís, janeiro de 2006

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Luís Inácio Lula da Silva
MINISTRO DO TRABALHO E EMPREGO
Luiz Marinho
DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO NO MARANHÃO
Ubirajara do Pindaré Almeida Sousa
ASSISTENTE DO DELEGADO
José Castro Coêlho
NÚCLEO DE APOIO ADMINISTRATIVO
Carlos Augusto Pinheiro Diniz
SERVIÇO DE QUALIDADE, ATENDIMENTO AO PÚBLICO E GESTÃO DE PROGRAMAS
Luciene Chaves Mendonça Martins
SEÇÃO DE EMPREGO E SALÁRIO
Ariosmar Braga Chaves
SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
Mônica Duailibe Damous
SEÇÃO DE LOGÍSTICA E ADMINISTRAÇÃO
Valter César Dias Figueiredo
SEÇÃO DE RELAÇÃO DO TRABALHO
Léa Cristina da Costa Silva
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
Rossana Célia C Mendes de Sousa
NÚCLEO FGTS
Gustavo Afonso da Silva Fonseca
NÚCLEO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHADOR
Allan Kardec Ayres Ferreira
NÚCLEO DE MULTAS E RECURSOS
Hélio Antonio Bittencourt
NÚCLEO DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES DE OPORTUNIDADES NO TRABALHO
Teresa de Fátima Mendonça Lima
PROGRAMA NACIONAL DO PRIMEIRO EMPREGO
Marcelo Sampaio Rodrigues
NÚCLEO DE IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL E REGISTRO
Gerson Campos de Oliveira
NÚCLEO DE SEGURO E ABONO SALARIAL
Cléber Nilson Ferreira Amorim Júnior
NÚCLEO DE PESSOAL
Raimunda Goreth Campos Coêlho
NÚCLEO DE SERVIÇOS GERAIS
Walber da Silva Coqueiro Junior
NÚCLEO DE ATIVIDADES AUXILIARES
Alex Feitosa Silva
NÚCLEO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
Rosimar Ribeiro de Mota
SUB-DELEGACIA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ
Luiz Fernando Pires Pinto
SUB-DELEGACIA DO TRABALHO DE BACABAL
Antônio Horacio Jardim Belo
AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DE SANTA INÊS
Francisco Gonçalves Anchieta
AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DE PRESIDENTE DUTRA
Clarinda Germano de Brito
AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DE CAXIAS
Josemar Aguiar
AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DE BALSAS
Gilmar de Oliveira Miranda
AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DE CODÓ
Luís Carlos Alves Costa
AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DE CHAPADINHA
Milton Sérgio Ribeiro Filho
AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DE PINHEIRO
Renewton Marcos Pinheiro
AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DE PEDREIRAS
Francisco Álvaro Bezerra Nascimento
AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DE AÇAILÂNDIA
Ismael Lima da Silva
AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DE CAROLINA
José Valter Pinto

DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO - DRT/MA
Relatório de Gestão 2005

SUMÁRIO

Apresentação	4
1. Perfil Institucional da DRT -MA	5
1.1. Referências Estratégicas	5
1.2. Competências Básicas	5
1.3. Principais Serviços e Processos	6
1.4. Principais insumos e fornecedores	7
1.5. Parcerias institucionais	7
1.6. Perfil do Quadro de Pessoal	8
1.7. Principais Instalações e Localidades	9
1.8. Organograma	10
2. Sistema de Liderança da DRT/MA	11
2.1. A Estrutura do Sistema de Liderança	11
2.2. A Busca de Oportunidades	12
3. Estratégias e Planos	16
3.1. Estratégias	17
3.2. Planos de Ação	17
3.3. Avaliação do Cumprimento das Metas	25
4. Cidadãos e Sociedade	27
4.1. Relacionamento com os cidadãos-usuários	28
4.2. Interação com a sociedade	29
5. Informação e conhecimento	30
6. Gestão de Pessoas	31
6.1. Educação, Capacitação e Desenvolvimento	32
7. Gestão de Processos	33
8. Resultados Gerais Obtidos em 2005	35
8.1. Cumprimento das recomendações da CGU	38
8.2. Cumprimento das recomendações do TCU	39
Tabelas sobre ações e resultados setoriais	40
Orçamento da DRT/MA 2005	43
Relação dos eventos realizados pela DRT/MA em 2005	44
Gráficos sobre os resultados obtidos em 2005	45
Algumas matérias sobre a DRT/MA na imprensa em 2005	53
GLOSSÁRIO	61

Apresentação

O Estado do Maranhão se destaca por ser o maior exportador de mão de obra escrava, campeão de trabalho infantil e possuidor do maior índice de informalidade no trabalho no âmbito nacional. Esses dados colocam imensos desafios para a DRT/MA.

Em 2003, demos os primeiros passos para enfrentá-los: criamos o Grupo de Fiscalização Rural, viabilizamos o funcionamento do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo, passamos a desenvolver operações de combate em complementação ao Grupo Móvel de Fiscalização Rural, reforçamos as iniciativas de combate ao trabalho infantil, conquistamos o primeiro lugar no *ranking* nacional em número de registros pela ação fiscal e ampliamos as ações de enfrentamento à precarização do trabalho.

Em 2004 nos colocamos o desafio de melhorar a qualidade dos processos internos e garantir a satisfação dos cidadãos. Assumimos também a dimensão de viabilizar oportunidades de geração de trabalho e renda, com ênfase para a inserção da juventude no mundo do trabalho e para a economia solidária. Redefinimos a Missão da DRT/MA, assumimos o combate à precarização das relações de trabalho como objetivo estratégico e ampliamos ainda mais as nossas metas.

Em 2005, foi implantado o Consórcio Social da Juventude na Ilha de São Luís, atingindo 2.150 jovens e iniciado o Consórcio Quilombola em Alcântara, para atendimento de 500 jovens das comunidades negras rurais. Concluímos o mapeamento da economia solidária no estado e realizamos seminários sobre o trabalho escravo em todas as regiões. Mantivemos as estratégias de fiscalização com ênfase para os segmentos mais vulneráveis, alcançando um número equivalente de trabalhadores(as).

Os avanços decorrem do fortalecimento dos laços com a sociedade, através da constituição da Comissão Sindical e do Fórum Estadual do Trabalho, além da integração com outros órgãos das diferentes esferas de poder, buscando por em prática a transversalidade das políticas públicas. E também da democratização do funcionamento da DRT/MA através do Comitê Gestor, que consolida uma estrutura para o sistema de liderança.

Os resultados que obtivemos são frutos do esforço coletivo da equipe, que soube apostar no seu potencial, aceitando competências e se dispondo a desenvolver o trabalho de forma mais integrada, assegurando maior transparência e participação nas decisões administrativas.

O Planejamento Estratégico tem sido nossa principal ferramenta para otimizar nossa ação e atingir os resultados que esperamos. Este Relatório de Gestão pretende demonstrar essas conclusões. Como produto de um processo ainda em construção, ele está aberto às apreciações e críticas que serão bem vindas para garantir o aprimoramento contínuo de nosso desempenho.

UBIRAJARA DO PINDARÉ
DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO

1. Perfil Institucional da DRT/MA

1.1. Referências Estratégicas

Missão

Contribuir para a inserção e a permanência igualitárias de homens e mulheres no processo de desenvolvimento sustentável a partir da proteção dos direitos humanos no trabalho

Visão de Futuro

Ser reconhecida pela qualidade da sua atuação como órgão prestador de serviços públicos

Objetivo Estratégico

- Combater a precarização do trabalho.

Objetivos Específicos

- Fiscalizar o cumprimento das normas de proteção do trabalho
- Prestar assistência aos trabalhadores e orientações aos empregadores
- Viabilizar oportunidades de geração de trabalho e renda
- Combater a discriminação no mercado de trabalho
- Mediar conflitos trabalhistas individuais e coletivos

Principais Clientes e Usuários

Todos os cidadãos, em especial os trabalhadores e as trabalhadoras, empregados(as) ou não, as pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos públicos relacionados ao mundo do trabalho e que necessitem dos serviços prestados pela DRT/MA.

Área de Abrangência

A atuação da DRT/MA dá-se em todo o território do Estado do Maranhão, a partir dos diversos serviços, núcleos, Sub-Delegacias e Agências de Atendimento.

1.2. Competências Básicas

A DRT/MA integra o Grupo III das Delegacias Regionais do Trabalho, que é o que possui menor estrutura, embora tenha que cumprir as mesmas competências e atribuições que os outros grupos. Isso representa um enorme entrave para as ações institucionais que lhe são inerentes.

Foi criada pelo Decreto-Lei nº 2.168 de 6 de maio de 1.940. Suas competências legais são as seguintes:

- Coordenação, orientação e controle da fiscalização, direta e indireta, do trabalho;
- Aplicação de sanções previstas em normas legais ou coletivas;
- Orientação ao trabalhador, ao empregador e aos sindicatos;
- Fornecimento de Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Mediação em conflitos individuais e coletivos;
- Depósito de Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho;
- Assistência na rescisão do contrato de trabalho;
- Habilitação do trabalhador para o recebimento do seguro desemprego;
- Supervisão dos programas Primeiro Emprego, Qualificação Profissional e Economia Solidária;
- Registro profissional;
- Autorização de trabalho a estrangeiros;
- Coordenação das atividades de administração de pessoal, serviços gerais, modernização administrativa, informática, planejamento e orçamento;
- Melhoria contínua dos serviços públicos, garantindo padrões de qualidade de atendimento aos usuários e a satisfação dos colaboradores e fornecedores.

1.3. Principais Serviços e Processos

Para o cumprimento de sua Missão e de seus Objetivos, a DRT/MA executa os seguintes serviços e processos:

SERVIÇOS	PROCESSOS FINALÍSTICOS
Inspeção do Trabalho	Fiscalização das normas de proteção ao trabalho – direta, indireta e mista Fiscalização das normas de segurança e saúde no trabalho Redução de acidentes fatais Multas e recursos Combate ao trabalho infantil e proteção ao trabalhador adolescente Combate às formas de trabalho análogas ao escravo Combate às discriminações e promoção da igualdade de oportunidades no trabalho Combate às formas degradantes e discriminatórias de trabalho
Relações do Trabalho	Mesas de entendimento Conciliações individuais Registro de instrumentos coletivos Mediação de conflitos coletivos Homologação de rescisões contratuais Recepção e concessão de registro profissional Orientação sobre autorização de trabalho a estrangeiro Registro de empresa de trabalho temporário Orientação trabalhista
Emprego e Formação Profissional	Emissão de CTPS Habilitação dos trabalhadores ao seguro desemprego e ao abono salarial Emissão de certidão de tempo de serviço Gestão do Programa de Alimentação do Trabalhador Recepção de CAGED Recepção da RAIS Promoção de oportunidades de geração de trabalho e renda

SERVIÇOS	PROCESSOS DE APOIO
Desenvolvimento Institucional	Orientações jurídicas Gestão da comunicação Gestão da qualidade Gestão dos programas Administração de pessoal Relacionamento com os servidores Desenvolvimento de pessoal Tecnologia e informática
Logística e Administração	Administração de material Execução orçamentária e financeira Administração de pessoal Fornecimento de bens e serviços Administração de contratos e convênios Administração de patrimônio Licitações Protocolo
Atendimento e Orientação ao Cidadão	Ouvidoria Teleconferência Informações ao público usuário

1.4. Principais Insumos e Fornecedores

INSUMOS	FORNECEDORES
Limpeza e conservação das instalações	LIMAN
Vigilância	POI vigilância
Manutenção de equipamentos de informática	DFZ informática
Manutenção da frota	Sociedade P S Divina Providencia
Correspondências	ECT
Combustível	Posto São Domingos Petróleo Superposto Estrela
Locação de espaços físicos	Imobiliária Akropolis
Passagens aéreas e terrestres	Caravelas Turismo
Água mineral	Monte Alverne
Lavagem e lubrificação de veículos	Comercial PETROMAR
Óleos e aditivos automotivos	Comercial PETROMAR

1.5. Parcerias Institucionais

Os principais parceiros da DRT na consecução de seus objetivos institucionais são:

- Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – ACONERUQ
- Banco do Brasil S/A
- Banco da Amazônia
- Banco do Nordeste do Brasil
- Caixa Econômica Federal
- Centro Dialético de Pais e Amigos de Especiais - CDPAE
- Central Única dos Trabalhadores – CUT
- Centro de Cultura Negra – CCN/MA
- Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia - CDVDH
- Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Pe. Marcos Passerini - CDMP
- Comissão Pastoral da Terra – CPT/MA
- Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT/MA
- Conselho Estadual do Trabalho - CONSET
- Delegacia da Receita Federal
- ELETRONORTE
- Federação das Indústrias do Estado do Maranhão - FIEMA
- Federação do Comércio do Estado do Maranhão - FECOMÉRCIO
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão – FETAEMA
- Força Sindical – MA
- Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF
- Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS
- Ministério Público da União - MPU
- Ministério Público do Trabalho – MPT/16ª Região
- Ministério Público Estadual – MPE
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST
- Organização Internacional do Trabalho - OIT
- Polícia Rodoviária Federal - PRF
- Prefeitura Municipal de São Luís
- Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
- Secretaria de Desenvolvimento Social - MA
- Secretaria de Justiça e Cidadania - MA
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE
- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC
- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI
- Serviço Social da Indústria - SESI
- Serviço Social do Comércio - SESC
- Sistema Nacional de Emprego – SINE
- Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
- Superintendência da Polícia Federal
- Tribunal Regional do Trabalho – TRT 16ª Região

1.6. Perfil do Quadro de Pessoal

A Delegacia conta com uma força de trabalho de 220 pessoas, assim distribuídas:

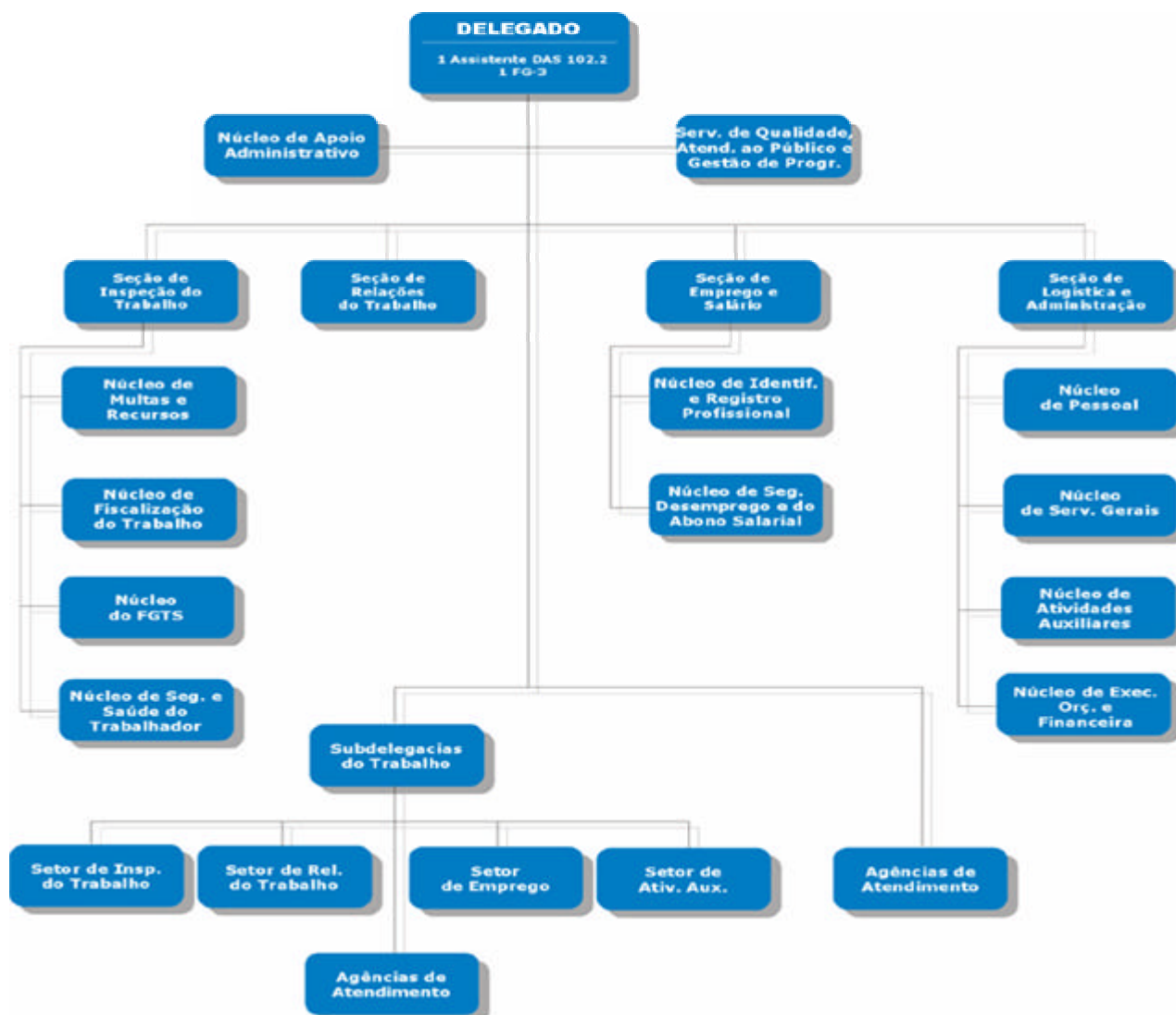
	Área fim	Área meio	Total
Servidores nível superior	54	1	55
Servidores nível médio	25	66	91
Cargos DAS	0	3	3
Função Gratificada – FG	6	26	32
Terceirizados	0	24	24
Estagiários	6	9	15
Total	91	129	220

Todos os servidores públicos são regidos pelas normas constantes do Regime Jurídico Único dos Servidores Cíveis da União, os colaboradores estagiários são disciplinados pela Lei nº 6.494, de 07.12.77, e os colaboradores terceirizados são regulados pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

1.7. Principais Instalações e Localidades

<p>Sede Administrativa da Delegacia Regional do Trabalho de São Luis - MA <i>E-mail: drtma@mte.gov.br</i> End: Av. Castelo Branco, 789 São Francisco CEP: 65076-091 São Luis Tel: (98) 3213-1952 3213-1951. Fax: (98) 3227-7064</p>	<p>AA Caxias Clodoaldo Trindade Neto e-mail: clodoaldot.drtma@mte.gov.br Rua Senador Costa Rodrigues, nº 606 Centro - CEP: 65600-140 Tel: (99) 3521-3999 Fax: (99) 3521-4152</p>
<p>Atendimento - São Luís -MA Rua do Alecrim, 242 Centro. CEP 65010-040 - São Luís/MA - Tel: (98) 32136630</p>	<p>AA Chapadinha Milton Sergio Ribeiro Filho e-mail: miltonf.drtma@mte.gov.br Rua Cunha Machado, 1095 - Centro. CEP: 65500-000 - Tel: (98) 3471-3387</p>
<p>Subdelegacia Regional do Trabalho de Imperatriz Subdelegado: Luis Fernando Pires Pinto e-mail: luisp.drtma@mte.gov.br Rua Gonçalves Dias, 206 – Centro CEP: 65900-210 – Imperatriz – Maranhão- Telefones: (98) 3525-3315 3525-3090 Fax: (98) 3525-1327</p>	<p>AA Pedreiras Francisco Álvaro Bezerra Nascimento e-mail: francisco.nascimento@mte.gov.br Rua Marly Boueres, s/s Bairro Mutirão CEP: 65725-000 - Tel: (99) 3642-1546 / 1179</p>
<p>Subdelegacia Regional do Trabalho de Bacabal Subdelegado: Antonio Horácio Jardim Belo e-mail: antoniob.drtma@mte.gov.br Av. Getúlio Vargas, 890 – Centro CEP: 65700-000 – Bacabal – Maranhão - Tel: (99) 3621-2873 Fax: (99) 3621-1001</p>	<p>AA Pinheiro Renewton Marcos Pinheiro Rua Joaquim Távora, nº 850 Pinheiro CEP: 65200-000 - Tel: (98) 3381-1405</p>
<p>AA Balsas Gilmar de Oliveira Miranda Praça Getúlio Vargas, nº 66 Centro CEP: 65800-000 - Tel: (99) 3541-3220</p>	<p>AA Presidente Dutra Clarinda Germano de Brito e-mail: clarindab.drtma@mte.gov.br Rua Rio Branco, 77 - Centro CEP: 65760-000 - Tel: (99) 3663-2010</p>
<p>AA Carolina José Valter Pinto Machado Rua dos Operários, s/nº centro CEP: 65980-000 - Tel: (99) 3731-1687 - Fax: (99) 3731-1414</p>	<p>AA Santa Inês Francisco Gonçalves Anchieta e-mail: francisco.anchieta@mte.gov.br Praça da Saudade nº 20 centro CEP: 65300-000 - Tel: (98) 3653-1833</p>
<p>AA Codó Luis Carlos Alves Costa e-mail: luisc.drtma@mte.gov.br Rde Julho, 333 CEP: 65400-970 - Tel: (99) 3661-9126</p>	<p>AA Açailândia Ismael Lima da Silva e-mai: ismael.lima@mte.gov.br Rua São Raimundo, 144 - Centro CEP: 65930-000 - Tel: (99) 3538-6080</p>

1.8. Organograma



2. Sistema de Liderança da DRT/MA

2.1. A Estrutura do Sistema de Liderança

O Sistema de Liderança da DRT/MA está estruturado em torno da coordenação das Seções, Programas e Núcleos através dos quais os principais serviços são prestados. A nível regional, os serviços são coordenados por uma estrutura única, através de sub-delegacias e agências de atendimento, com distribuição de responsabilidades pelos processos finalísticos e de apoio, previstas no Regimento Interno.

A Alta Direção é composta pelo Delegado, Chefes de Seções/Serviços, Sub-delegados e Chefes de Núcleos e Grupos de Trabalho. O Gabinete do Delegado Regional tem um suporte direto do Assistente de Delegado, do SAGEP e do NAAd.

A partir de 2003, foi criado o Comitê Gestor da DRT/MA, composto por todas as chefias de seções, núcleos e setores. O Comitê Gestor é o principal espaço para socialização das orientações do MTE e tomada de decisão quanto à necessidade de reformulação de processos e definição de novas iniciativas da organização. Ao Comitê Gestor cabe a responsabilidade de construir o Planejamento Integrado, tomar as decisões de caráter emergencial e acompanhar a implementação das orientações estratégicas. Tem periodicidade de reunião ordinária mensal e pode reunir-se extraordinariamente a partir das demandas.

O Comitê Gestor garante a agilização do processo decisório através da delegação de competência, reduzindo-se assim as instâncias na tramitação de processos e facilitando a comunicação interna. As diversas coordenações possuem autonomia gerencial para a tomada de decisões no âmbito de sua atuação. As reuniões do Comitê Gestor geram oportunidades para que os diversos responsáveis possam expor suas demandas e propor soluções setoriais e intersetoriais.

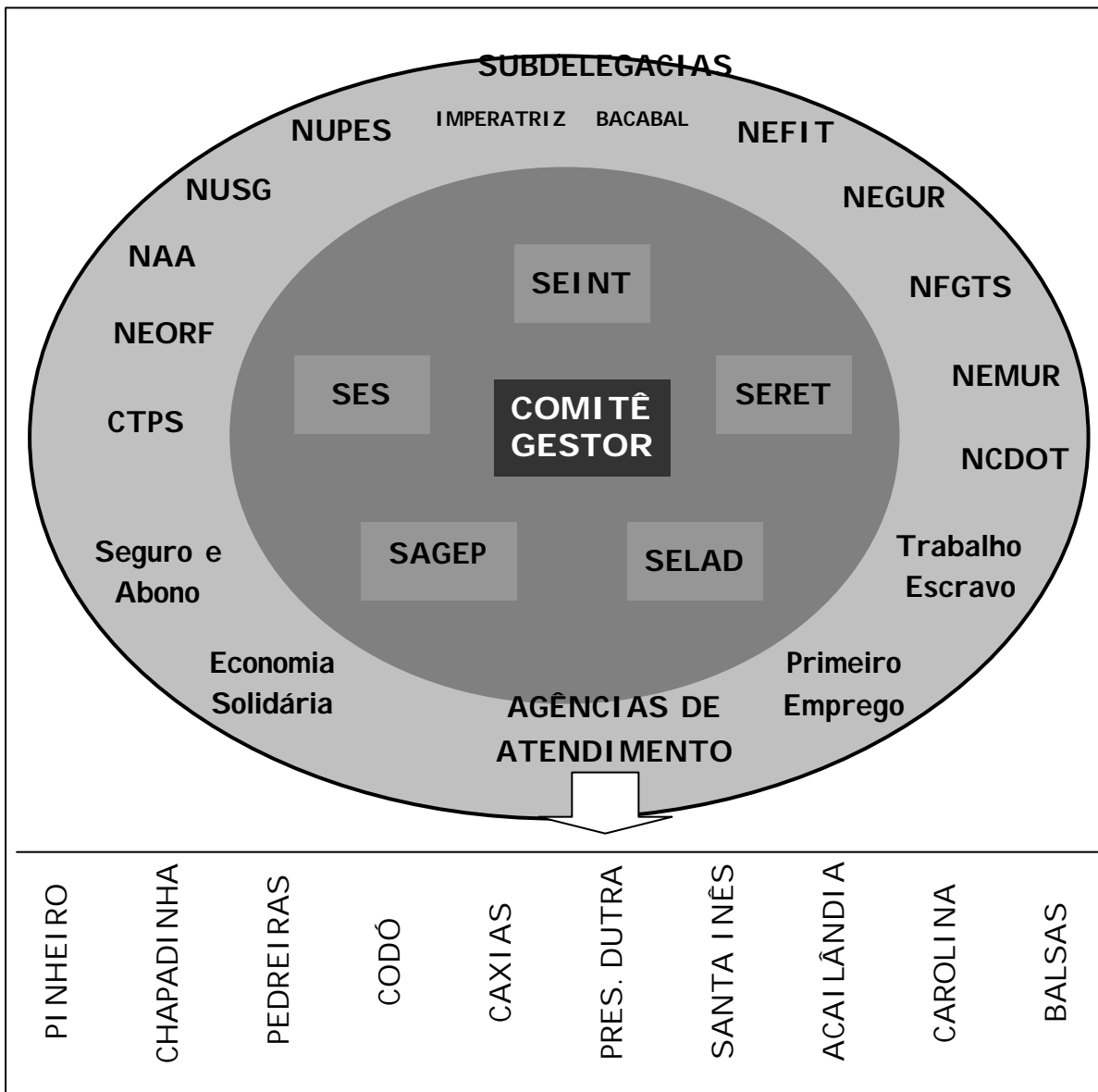
O Delegado participa de todas as reuniões do Comitê Gestor e assegura a comunicação permanente das decisões do Comitê a todos os interessados, cobrando sistematicamente a sua implementação, diretamente e através do SAGEP. As orientações do MTE são imediatamente repassadas aos servidores através de comunicação escrita, fixadas em mural nas instalações ou repassados diretamente aos interessados através de seminários, reuniões e treinamentos. A comunicação das orientações estratégicas do MTE e da DRT/MA é feita aos seus parceiros e à sociedade principalmente através da participação da Alta Direção nos fóruns e comissões interinstitucionais e através de seminários e audiências públicas em torno dos temas prioritários, a exemplo do Primeiro Emprego e da Economia Solidária.

A diversificação dos objetivos e das demandas dos clientes/usuários tem gerado a organização de Núcleos e Grupos de Trabalho específicos, subordinados às chefias das seções. Os coordenadores desses núcleos e grupos de trabalho integram o Comitê Gestor, garantindo a agilidade na tomada de decisões e na implementação das ações específicas.

Composição da Alta Direção

FUNÇÃO	LIDERANÇA
DELEGADO REGIONAL	UBIRAJARA DO PINDARÉ ALMEIDA SOUSA
SUB-DELEGADO DE IMPERATRIZ	LUIZ FERNANDO PIRES PINTO
SUB-DELEGADO DE BACABAL	ANTÔNIO HORACIO JARDIM BELO
CHEFE DE SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO	MÔNICA DUAILIBE DAMOUS
CHEFE DE SEÇÃO DE EMPREGO E SALÁRIO	ARIOSMAR BRAGA CHAVES
CHEFE DE SEÇÃO DE RELAÇÃO DE TRABALHO	LÉA CRISTINA DA COSTA SILVA
CHEFE DE SEÇÃO DE LOGÍSTICA E ADMINISTRAÇÃO	VÁLTER CÉZAR DIAS FIGUEIREDO
CHEFE DE SEÇÃO DE QUALIDADE E PROGRAMAS	LUCIENE CHAVES MARTINS MENDONÇA

Estrutura do Sistema de Liderança



2.2. A Busca de Oportunidades

A Alta Direção participa diretamente da formulação das orientações estratégicas da DRT/MA através de seminários e oficinas de planejamento. A Alta Direção está permanentemente em sintonia com o Ministério do Trabalho e do Emprego, no sentido de aproveitar as oportunidades, canalizar as demandas estaduais e receber as orientações específicas do comando do Ministério. Essa atuação se dá através da participação nas reuniões do Ministério e no encaminhamento de sugestões e pedidos para aprimoramento das atividades, inclusive para garantia de recursos logísticos.

Em relação às políticas setoriais e aos processos finalísticos da DRT/MA, a Alta Direção participa regularmente de fóruns e comissões interinstitucionais, a exemplo do Fórum Estadual pela Erradicação do Trabalho Infantil, do Fórum Estadual do Trabalho e dos Conselhos do Sistema S.

Estes espaços interinstitucionais funcionam como mecanismo de definição de ações conjuntas no sentido de implementar as orientações estratégicas. Em geral esses espaços definem Planos de Ação que extrapolam o âmbito de atuação da DRT/MA, sendo que esta assume a responsabilidade pela execução das atividades vinculadas

aos seus processos finalísticos e se solidariza com o encaminhamento das demais atividades.

A comunicação das orientações estratégicas se dá através de reuniões internas nos setores, seminários e oficinas de planejamento, reuniões dos conselhos de políticas públicas, participação em fóruns intersetoriais e entrevistas e artigos na imprensa.

Participação da Alta Direção na busca de oportunidades

EVENTOS	DESCRIÇÃO
Planejamento anual do MTE	Proposição de prioridades em consonância com as demandas locais e regionais
Planejamento do Conselho Estadual do Trabalho	Proposição de prioridades em consonância com as demandas dos segmentos atendidos pela drt/ma
Planejamento do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo	Proposição de ações integradas para combate ao trabalho escravo
Planejamento do Fórum pela Erradicação do Trabalho Infantil	Proposição de ações integradas para combate ao trabalho infantil
Planejamento do Equipe Gestora Estadual de Economia Solidária	Proposição de ações integradas para fortalecimento da economia solidária e das oportunidades de inserção dos setores vulneráveis
Reuniões da Comissão Sindical	Diálogo acerca das estratégias de efetividade da fiscalização das normas trabalhistas

A DRT/MA busca divulgar sistematicamente os valores e diretrizes da administração pública, através dos eventos de planejamento e dos treinamentos dos colaboradores para a melhoria do atendimento aos cidadãos e à sociedade.

As iniciativas da DRT/MA buscam estar em sintonia com as diretrizes governamentais seja pela inserção no planejamento das políticas públicas das áreas finalísticas e áreas afins no âmbito de atuação da DRT, seja pela incorporação das orientações estratégicas do MTE nos planos anuais e setoriais.

A DRT/MA participa regularmente das atividades de planejamento do MTE, em conjunto com as demais DRTs e da elaboração do Plano PluriAnual, buscando inserir as demandas locais e regionais como prioridade para as estruturas centrais do Governo Federal.

As campanhas gerais do governo federal são assumidas em nível local pela DRT/MA, a exemplo do Programa Fome Zero, do Combate ao Trabalho Escravo, da Erradicação do Trabalho Infantil, do Programa Primeiro Emprego, e da articulação da Economia Solidária.

Os principais indicadores de desempenho levam em conta as referências de gestão na área da proteção aos direitos trabalhistas e sociais e são mostrados a seguir:

Indicadores dos processos

Serviço	
Inspeção do Trabalho	
Indicador	Métrica
Percentual de empresas fiscalizadas	Nº de empresas fiscalizadas/nº de empresas programadas para fiscalização
Percentual de trabalhadores alcançados pela ação fiscal	Nº de empregados atingidos pela ação fiscal/ Nº de empregados previstos
Percentual de trabalhadores registrados pela ação fiscal	Nº de empregados atingidos pela ação fiscal/ Nº de empregados previstos
Percentual de atributos regularizados	Nº de resultados de fiscalização obtidos/Nº de resultados previstos

Percentual de empresas notificadas sobre FGTS	Nº de empresas notificadas/ Nº de empresas previstas
Percentual de arrecadação de FGTS alavancado	Total de recursos arrecadados/total de recursos previstos
Percentual de acidentes fatais registrados e investigados	Nº de acidentes fatais registrados/nº de acidentes fatais registrados no ano anterior
Percentual de orientações trabalhistas registradas	Nº de orientações registradas/ Nº de orientações solicitadas
Percentual de multas	Nº de multas expedidas/nº de processos de multas no período
Percentual de recursos com NDFG	Nº de recursos processados/nº de recursos recebidos no período
Percentual de crianças e adolescentes com situação regularizada	Nº de crianças e adolescentes alcançados/nº de crianças e adolescentes previstos
Percentual de trabalhadores resgatados	Nº de trabalhadores resgatados/nº de trabalhadores alcançados
Percentual de trabalhadores alcançados	Nº de denúncias sobre prática discriminatória fiscalizadas/nº de trabalhadores alcançados
Percentual de empresas notificadas	Nº de empresas com mais de 100 empregados notificadas/nº de empresas existentes
Percentual de termos de compromisso monitorados	Nº de termos de compromisso monitorados/ Nº de termos de compromisso firmados

Serviço	
Relações do Trabalho	
Indicador	Métrica
Percentual de mesas de entendimento bem sucedidas	Nº de mesas de entendimento bem sucedidas/ Nº de mesas realizadas no ano anterior
Percentual de conciliações individuais realizadas	Nº de conciliações individuais realizadas com sucesso/nº de conciliações individuais realizadas no período
Percentual de negociações bem sucedidas	Nº de negociações realizadas com sucesso/ nº de negociações realizadas no período
Percentual de registros concedidos	Nº de registros concedidos/Nº de solicitações recebidas no período
Percentual de orientações realizadas	Nº de orientações realizadas/ Nº de solicitações recebidas no período

Serviço	
Emprego e Formação Profissional	
Indicador	Métrica
Percentual de CTPS emitidas	Nº de CTPS emitidas/Nº de CTPS recebidas
Tempo médio de processamento de CTPS	Tempo gasto entre o recebimento da solicitação e a entrega da CTPS
Percentual de habilitações ao seguro desemprego	Nº de habilitações/Nº de solicitações recebidas
Percentual do CAGED recepcionado	Nº de CAGED recepcionado/Nº de solicitações recebidas no período
Percentual da RAIS recepcionada	Nº de RAIS recepcionadas/Nº de solicitações recebidas no período
Percentual de trabalhadores inseridos na economia solidária	Nº de trabalhadores inseridos na economia solidária/Nº de trabalhadores assistidos
Percentual de jovens inseridos no Primeiro Emprego	Nº de jovens inseridos no Primeiro Emprego/ Nº de jovens assistidos

Serviço	
Desenvolvimento Institucional	
Indicador	Métrica
Percentual de orientações jurídicas realizadas	Nº de orientações jurídicas realizadas/ Nº de solicitações recebidas no período
Nível de satisfação geral dos cidadãos-usuários	Nº de cidadãos-usuários satisfeitos/nº de cidadãos-usuários pesquisados no período
Nível de satisfação geral dos servidores	Nº de servidores satisfeitos/nº de servidores pesquisados no período
Percentual de metas acompanhadas e avaliadas	Nº de metas acompanhadas e avaliadas/ Nº de metas definidas para o período
Percentual de treinamento do corpo de servidores	Nº de horas de treinamento por servidor/ Nº de horas de treinamento realizadas no período
Percentual de servidores com avaliação de desempenho realizada	Nº de servidores com avaliação de desempenho/ Nº de servidores existentes
Tempo médio para solução de problemas	Somatório do tempo para solução dos problemas/nº de problemas apresentados no período

Serviço	
Logística e Administração	
Indicador	Métrica
Percentual de material de expediente cadastrado	Nº de material cadastrado/nº de material adquirido
Percentual de entregas conforme pedidos	Nº de pedidos de material de expediente atendidos/nº de solicitações recebidas no período
Percentual de erros detectados por auditores externos	Nº de erros detectados por auditores externos/nº de ações financeiras executadas no período
Percentual de servidores com dados cadastrais atualizados	Nº de servidores com dados cadastrais atualizados/ Nº de servidores existentes
Percentual de atendimento às reclamações dos servidores	Nº de reclamações dos servidores solucionadas/ Nº de reclamações recebidas no período
Percentual de requisitos atendidos	Relação de requisitos atendidos/relação de requisitos exigidos
Percentual de redução de custos nos contratos e convênios firmados	Quantidade de recursos dispendidos/quantidade de recursos previstos
Percentual de bens patrimoniais adquiridos e cadastrados	Nº de bens patrimoniais cadastrados/ Nº de bens patrimoniais adquiridos
Percentual de impropriedades em licitações detectadas por auditores externos	Nº de impropriedades em licitações detectadas por auditores externos /nº de licitações realizadas no período
Percentual de correspondências recebidas e entregues	Nº de correspondências entregues/ Nº de correspondências recebidas

Serviço	
Atendimento e Orientação ao Cidadão	
Indicador	Métrica
Percentual de reclamações solucionadas	Nº de reclamações solucionadas/ Nº de reclamações recebidas
Percentual de sugestões encaminhadas	Nº de sugestões encaminhadas/ Nº de sugestões recebidas
Percentual de informações	Nº de orientações prestadas/nº de orientações solicitadas

3. Estratégias e Planos

A elaboração dos planos de ação da DRT/MA acompanham os ciclos de planejamento do MTE e do Governo Federal, a exemplo do Plano Pluri-Anual e das Leis Orçamentárias Anuais. A Alta Direção participa diretamente do processo de formulação das orientações estratégicas do MTE em nível geral e setorial, contribuindo para a definição das diretrizes para a atuação do sistema de proteção aos direitos no mundo do trabalho, levando em conta a transversalidade das políticas públicas.

Em nível local, a DRT/MA garante a representação do Ministério nos fóruns e espaços interinstitucionais, contribuindo para a formulação de planos setoriais e para o planejamento de campanhas visando o enfrentamento de problemas específicos, a exemplo do trabalho escravo e do trabalho infantil.

O esforço de planejamento busca também incorporar as peculiaridades regionais, tais como a elevada incidência de trabalho escravo e de trabalho infantil e a crescente informalidade nas relações de trabalho.

A especificidade da atuação da DRT/MA exige que a legislação trabalhista seja incorporada como macro-orientação dos processos de trabalho, em particular os relacionados com a inspeção do trabalho, colocando-se a ação fiscal como um forte mecanismo de garantia dos direitos.

A implantação do Comitê Gestor tem sido decisiva para a integração do planejamento da DRT/MA e para o seu desdobramento nos planos setoriais. A área de abrangência estadual da ação da DRT/MA levou a uma progressiva expansão e regionalização, com a criação de sub-delegacias e de agências de atendimento que atuam como base regional para que os diversos serviços possam chegar aos cidadãos. Outra estratégia relevante é o estabelecimento de parcerias e convênios, notadamente com as Prefeituras e com os sindicatos laborais no sentido de garantir a assistência aos trabalhadores.

Participação em espaços interinstitucionais

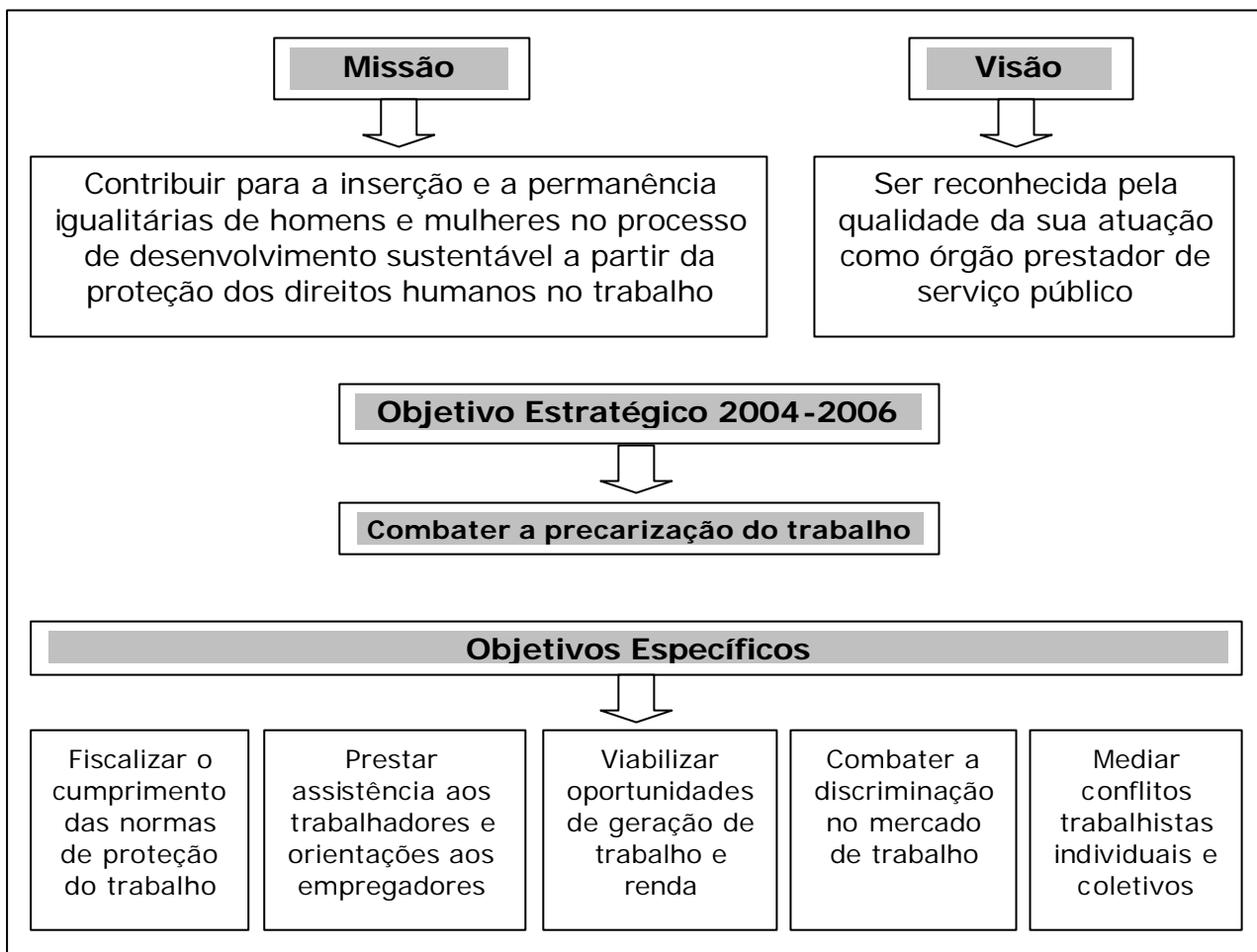
ESPAÇOS INTERINSTITUCIONAIS	DESCRIÇÃO
FÓRUM ESTADUAL DO TRABALHO	ESPAÇO DE DISCUSSÃO SOBRE OS TEMAS RELEVANTES NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS
CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO	ÓRGÃO COLEGIADO TRIPARTITE, FORMADO POR REPRESENTANTES DO GOVERNO, DOS EMPRESÁRIOS E DOS TRABALHADORES, PARA FORMULAÇÃO E GESTÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DO TRABALHO.
COMITÊ DE ENTIDADES NO COMBATE À FOME E PELA VIDA	REDE DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL QUE INCENTIVA INICIATIVAS DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
FÓRUM ESTADUAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO	ARTICULAÇÃO DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO-GOVERNAMENTAIS PARA AÇÕES INTEGRADAS NO COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO
FÓRUM PELA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	ARTICULAÇÃO DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO-GOVERNAMENTAIS PARA AÇÕES INTEGRADAS NO COMBATE AO TRABALHO INFANTIL
FÓRUM DE GESTORES FEDERAIS	ARTICULAÇÃO DOS ÓRGÃOS FEDERAIS COM O OBJETIVO DE INTEGRAR AS INICIATIVAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS VOLTADAS PARA O ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS SOCIAIS A A CONSTRUÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ESTADO.
EQUIPE GESTORA ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	ARTICULAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS E ENTIDADES DE APOIO PARA O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA
CONSELHOS DO SISTEMA S	INSTÂNCIAS DE DELIBERAÇÃO DAS POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES

A participação nos espaços interinstitucionais e as ações de planejamento integrado com o MTE e o Governo Federal propiciam informações relevantes para a análise do ambiente externo. A prática de planejamento setorial e integrado no Comitê Gestor possibilita a análise dos fatores internos que podem contribuir para o sucesso das estratégias da DRT/MA.

3.1. Estratégias

As principais estratégias da DRT/MA são visualizadas abaixo:

Orientações Estratégicas da DRT/MA



A comunicação das estratégias da DRT/MA às partes interessadas ocorre através dos eventos internos e da participação nos eventos externos, através da mídia e dos folders de apresentação dos serviços de atendimento e orientação ao público do Ministério do Trabalho e do Emprego e da DRT/MA.

3.2. Planos de Ação

A cada ano, as coordenações e equipes de trabalho são estimuladas a participar do processo de planejamento da DRT/MA elaborando os seus planos operacionais, reafirmando ou reformulando suas estratégias e suas metas, com base na análise de eficiência e eficácia. O planejamento setorial leva em consideração as orientações do Governo Federal, os recursos disponíveis, a melhoria contínua da qualidade da gestão, as necessidades dos clientes e as informações institucionais disponíveis.

Planos de Ação por Meta Estratégica

Processo	Metas Estratégicas 2005
Fiscalização das normas de proteção ao trabalho – direta, indireta e mista	30 mil trabalhadores registrados pela ação fiscal 640 mil trabalhadores alcançados pela ação fiscal
<p>Ações principais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realizar fiscalização sistemática de grandes empresas tomadoras de serviços terceirizados, em especial, o trabalho prestado por cooperativas, empresas de mão-de-obra temporária, bem como a utilização de estágios de forma irregular. • Realizar “Fiscalização Concentrada” (BLITZ), na capital e nos municípios de Imperatriz, Timon, Caxias e Bacabal, em áreas geográficas de maior densidade de ocupação de trabalhadores e por atividade econômica, para verificação do atributo registro • Efetivar fiscalizações dirigidas na capital, focalizando atividades econômicas em razão dos índices de informalidade, da sazonalidade e da participação na economia do município. • Visitar todos os municípios sedes de Subdelegacias e de agências de Atendimento, para reuniões com sindicatos laborais e entidades patronais, visando à disseminação da legislação trabalhista, à discussão de procedimentos e à apresentação de serviços e programas sob responsabilidade da DRT, bem como à coleta de denúncias e situação de fraude e risco à Saúde e Segurança dos trabalhadores. • Celebrar Termo de Cooperação com a Superintendência do Ministério da Previdência Social no Estado, visando à disponibilidade do Cadastro do CEI, o qual será utilizado como subsídio à fiscalização dirigida da atividade Construção Civil, na capital e interior. • Realizar reuniões semestrais com a Comissão Sindical, visando à avaliação das ações fiscais e eventuais alterações nos procedimentos e prioridades adotados. • Realizar reuniões com as entidades de profissionais contabilistas do Estado e associações patronais, objetivando a discussão de questões ligadas à ação fiscal nas micro e pequenas empresas e ao atributo Jornada. • Intensificar a articulação junto à Procuradoria do Trabalho da 16ª Região no sentido de garantir maior efetividade das ações fiscais de combate à terceirização fraudulenta e de regularização dos atributos trabalhistas das obras e serviços contratados junto à Administração Pública. • Atender às demandas externas oriundas de Órgãos Públicos, Sindicatos e trabalhadores. • Realizar mutirões de emissão de documentação para fins de registro das relações de trabalho 	

Processo	Meta Estratégica 2005
Fiscalização das normas de segurança e saúde no trabalho	100% dos acidentes fatais e graves analisados nas empresas
<ul style="list-style-type: none"> • Realização de ações fiscais prioritariamente nos setores econômicos enquadrados como Grau de Risco 3 (Risco Grave), conforme o Anexo V do Regulamento da Previdência Social, enfatizando as atividades da Indústria da Construção civil e Metalúrgica e Trabalho Rural, visando à regularização dos itens 13 e 14 da Norma regulamentar nº. 28 (eliminação de situações geradoras de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho) e a efetivação de levantamento de embargos e interdições. • Desenvolvimento de Fiscalização Indireta para a averiguação de atributos que não 	

<p>demandem a verificação física.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização de reuniões com representantes de trabalhadores e empregadores relativos às atividades econômicas prioritárias buscando a definição de ações fiscais com maiores alcance e eficácia. • Promoção e Acompanhamento das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho. • Investigação e análise dos acidentes graves e fatais e encaminhamento dos Relatórios Circunstanciados aos Sindicatos da Categoria e aos Órgãos Públicos (MPU, MPT e INSS) para providências ao seu cargo. • Atender as demandas externas oriundas de Órgãos Públicos, Sindicatos e trabalhadores. • Reuniões com entidades de trabalhadores rurais visando à disseminação de normas de saúde e segurança no trabalho

<p>Processo</p>	<p>Meta Estratégica 2005</p>
<p>Fiscalização das normas de segurança e saúde no trabalho</p>	<p>600 empresas adesas ao Programa de Alimentação do Trabalhador</p>
<p>Ações principais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estimular as empresas a aderirem ao Programa de Alimentação do Trabalhador • Inserção, em todas as ações fiscais, do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT (orientação, incentivo à adesão e fiscalização), como forma de proporcionar melhorias nas condições de vida do trabalhador maranhense. • Realizar a Gestão do Programa de Alimentação do Trabalhador 	

<p>Processo</p>	<p>Meta Estratégica 2005</p>
<p>Fiscalização das normas de proteção ao trabalho – direta, indireta e mista</p>	<p>R\$ 3.650.000,00 de FGTS recolhidos pela ação fiscal; R\$ 5.800.000,00 de FGTS notificados pela ação fiscal.</p>
<p>Ações principais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Otimizar o cadastro de empresas visando a identificação dos grandes devedores do FGTS e da Contribuição Social, através dos sistemas IDEB, SFIT e SAF, utilizando-se da modalidade indireta para a realização das ações fiscais. • Desenvolver ações fiscais cuja regularização dos atributos denunciados não requeira a verificação física. • Realizar 1.600 (um mil e seiscentas) ações fiscais indiretas, sendo 50% na capital e o restante, nas cidades sedes de subdelegacias e de Agências de Atendimento. • Efetivar ações fiscais solicitadas com o objetivo de emissão de Certidão Negativa de Débito Salarial. 	

Processo	Meta Estratégica 2005
Combate às formas de trabalho análogas ao escravo	Realizar 6 operações de fiscalização dirigidas para o combate ao trabalho escravo
<p>Ações principais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participar da coordenação do Fórum Estadual pela Erradicação do Trabalho Escravo • Participar dos seminários regionais de sensibilização da sociedade no enfrentamento do trabalho escravo ou degradante • Realizar 06 (seis) viagens de fiscalização rural aos municípios nos quais há concentração de denúncias de ocorrência de trabalho degradante • Articular o resgate dos trabalhadores envolvidos em situações de trabalho escravo ou degradante • Encaminhar os trabalhadores resgatados ao seguro-desemprego • Sistematizar as informações contidas nos relatórios do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, referentes às ações realizadas no Maranhão • Promover treinamentos dos Sindicatos Rurais e entidades civis no combate ao trabalho escravo e degradante e para monitoramento de empregados levados para outros estados e regiões • Formalizar Termo de Cooperação com a Polícia Rodoviária Federal visando ao cumprimento da legislação trabalhista (certidão liberatória) que trata das condições para o deslocamento de trabalhadores rurais • Celebrar Termo de Cooperação com o Tribunal Regional Federal da 16ª Região visando à realização de ações conjuntas para a erradicação do trabalho escravo e combate ao trabalho degradante (Vara Itinerante) 	

Processo	Meta Estratégica 2005
Combate ao trabalho infantil e proteção ao trabalhador adolescente	1.044 crianças em situação de trabalho acompanhadas junto aos programas sociais.
<p>Ações principais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participar do Fórum pela Erradicação do Trabalho Infantil • Manter e aperfeiçoar as parcerias com diversas entidades envolvidas com o enfrentamento do trabalho infantil • Realizar parceria com a OIT para a implementação do programa "Cata Ventos da Liberdade", visando à erradicação das piores formas de trabalho infantil • Incluir nos Seminários no Interior do Estado promovidos pela Delegacia Regional ou parceiros, a temática dos direitos dos trabalhadores adolescentes e da proibição do trabalho infantil • Participar de Eventos e Reuniões Técnicas promovidos pelos parceiros governamentais e não governamentais • Encaminhar as crianças em situação de trabalho para inclusão nos programas sociais • Encaminhar casos de trabalho doméstico, prostituição e narcotráfico envolvendo crianças e adolescentes para os órgãos competentes. 	

Processo	Meta Estratégica 2005
Combate ao trabalho infantil e proteção ao trabalhador adolescente	600 adolescentes inseridos como aprendizes e na qualificação profissional.
<p>Ações principais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cobrar o cumprimento pelas empresas das cotas de aprendizes segundo a Legislação pertinente • Mapear as entidades sem fins lucrativos que ofereçam cursos profissionalizantes e que trabalhem na inserção de menores aprendizes • Reunir com o sistema "S" e entidades empresariais, na capital e cidades de Imperatriz, Caxias, Santa Inês e Açailândia, visando à mobilização para a disponibilidade, aos adolescentes aprendizes, de cursos profissionalizantes e cotas de aprendizagem • Realizar reunião técnica com o corpo de Auditores Fiscais visando à disseminação das ações direcionadas à implementação da legislação de aprendizagem • Fiscalizar sistematicamente o trabalho aprendiz nas entidades de qualificação profissional e nas empresas que dispõem de menores aprendizes • Realizar trabalho integrado com a Procuradoria Regional do Trabalho da 16ª Região • Promover a inserção de adolescentes na Aprendizagem Profissional 	

Processo	Meta Estratégica 2005
Combate às discriminações e promoção da igualdade de oportunidades no mercado de trabalho	100 pessoas portadoras de deficiências inseridas no mercado de trabalho;
<p>Ações principais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Convocar 120 (cento e vinte) empresas visando à formalização de Termos de Compromisso para o preenchimento das Cotas de Pessoas Portadoras de Deficiências previstas pela Lei nº 8.213/90. • Interiorizar as ações para os municípios de Imperatriz, Caxias, Timon, Codó, Balsas. • Realizar reuniões quadrimestrais com as organizações de pessoas portadoras de deficiência e entidades de capacitação. • Realizar gestão junto ao Conselho Estadual do Trabalho - CONSET para a inserção, no Plano Territorial de Qualificação – PLANTEQ/Maranhão, de cursos de qualificação profissional direcionados para trabalhadores portadores de deficiência. • Promover Seminário, em novembro, apresentando os resultados obtidos no exercício e visando à integração entre as empresas, as entidades de qualificação e as organizações de trabalhadores portadores de deficiência. 	

Processo	Meta Estratégica 2005
Combate às discriminações e promoção da igualdade de oportunidades no mercado de trabalho	50 empresas notificadas para implantação de creches / reembolso-creche
<p>Ações principais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Convocar 50 (cinquenta) empresas com 30 (trinta) ou mais trabalhadoras, contando com a parceria dos sindicatos laborais, para o cumprimento da 	

legislação que prevê a proteção à maternidade mediante a disponibilidade de creche ou reembolso-creche.

Processo	Meta Estratégica 2005
Promoção de oportunidades de geração de trabalho e renda	100 empreendimentos de economia solidária articulados em rede
Ações principais <ul style="list-style-type: none">• Garantir o funcionamento da Equipe Gestora Estadual• Concluir o mapeamento dos empreendimentos de economia solidária no Maranhão• Realizar visitas para caracterização dos empreendimentos da economia solidária• Contribuir na divulgação da Economia Solidária• Apoiar a realização de feiras da Economia Solidária• Estimular a formação de empreendimentos com perfil solidário• Apoiar a qualificação técnica e gerencial dos empreendedores da economia solidária, através do CONSET• Facilitar o intercâmbio de experiências de economia solidária• Estimular a constituição de redes de empreendimentos de economia solidária• Articular políticas de finanças solidárias• Apoiar a organização dos segmentos envolvidos com a economia solidária• Buscar parcerias com o governo estadual e com as prefeituras para o desenvolvimento da economia solidária	

Processo	Meta Estratégica 2005
Promoção de oportunidades de geração de trabalho e renda	3.000 jovens inseridos no 1º Emprego pela subvenção
Ações principais <ul style="list-style-type: none">• Articular a implantação do Primeiro Emprego no Maranhão	

Processo	Meta Estratégica 2005
Promoção de oportunidades de geração de trabalho e renda	1.200 jovens inseridos no mundo do trabalho pelo consórcio de juventude
Ações principais <ul style="list-style-type: none">• Articular e supervisionar a implantação do Consórcio de Juventude no Maranhão	

Processo	Meta Estratégica 2005
Mesas de entendimento	Êxito em 60% das negociações realizadas
Ações principais <ul style="list-style-type: none">• Promover a conciliação dos conflitos coletivos• Convocar as entidades patronais e laborais para negociações amplas por setores (agricultura, construção civil, hoteleiro, asseio e conservação e vigilância, bancos, comércio, transporte, saúde e educação)• Realizar reuniões com as empresas tomadoras de serviços sobre a terceirização fraudulenta e trabalho temporário	

Processo Emissão e anotação de CTPS	Meta Estratégica 2005 Assegurada a emissão de CTPS em 217 municípios; 200.000 CTPS emitidas.
Ações principais <ul style="list-style-type: none"> • Viabilizar e acompanhar convênios com Prefeituras e sindicatos para emissão de CTPS • Implementar o off-line em 100% das Agências de Atendimento • Ampliar o link da rede informatizada do atendimento 	

Processo Habilitação dos trabalhadores ao seguro desemprego	Meta Estratégica 2005 6.600 pescadores artesanais habilitados ao seguro desemprego
Ações principais <ul style="list-style-type: none"> • Executar e controlar a operacionalização do Seguro-Desemprego • Estabelecer parcerias com as Colônias de Pescadores • Promover reuniões com as Colônias ou com os pescadores sobre o direito ao seguro-desemprego • Fazer verificação dos benefícios concedidos por amostragem 	

Processo Gestão da Comunicação	Meta Estratégica 2005 Todas as ações e resultados da DRT/MA divulgados à sociedade
Ações principais <ul style="list-style-type: none"> • Enviar releases aos meios de comunicação • Alimentar o site da DRT/MA e do MTE com informações sobre as ações da DRT/MA • Elaborar folders sobre os serviços da DRT/MA • Treinar as coordenações sobre os procedimentos para a publicação das informações nos sites do MTE/DRT 	

Processo Gestão da Qualidade	Meta Estratégica 2005 Garantir 95% de satisfação dos cidadãos com os serviços da DRT/MA
Ações principais <ul style="list-style-type: none"> • Realizar pesquisas de satisfação junto aos usuários dos serviços • Encaminhar as reclamações e sugestões dos cidadãos aos setores pertinentes • Acompanhar a adequação dos serviços às exigências e necessidades dos cidadãos • Reativar o Comitê de Qualidade da DRT/MA 	

Processo Desenvolvimento de recursos humanos	Meta Estratégica 2005 100% dos servidores capacitados sobre as atribuições da DRT/MA e sobre suas tarefas
Ações principais	
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as necessidades de capacitação dos servidores por setor • Garantir o repasse de conhecimentos pelos servidores que participaram de capacitações externas • Identificar as oportunidades de capacitação externa • Realizar eventos formativos direcionados para os serviços nos setores • Realizar reuniões gerais com os servidores para apresentar o planejamento, os programas e os serviços. 	

Processo Gestão da qualidade	Meta Estratégica 2005 Assegurada a transparência na gestão institucional da DRT/MA
Ações principais	
<ul style="list-style-type: none"> • Garantir o funcionamento do Comitê Gestor • Instituir um Comitê Executivo junto ao Gabinete do Delegado • Elaborar o Planejamento Anual • Garantir o funcionamento da Comissão Sindical • Visitar regularmente as unidades de atendimento e os setores internos • Elaborar os Relatórios Anuais de Gestão • Comunicar o balanço de gestão e as principais ações do planejamento • Movimentar os processos exclusivamente através do COMPROT 	

Processo Gestão da qualidade	Meta Estratégica 2005 Garantido 75% de satisfação dos servidores com a gestão institucional da DRT/MA
Ações principais	
<ul style="list-style-type: none"> • Realizar pesquisa de clima organizacional • Atualizar os dados cadastrais dos servidores • Divulgar informações de interesse dos servidores • Adotar providências em relação às reclamações e sugestões dos servidores 	

Processo Execução orçamentária e financeira	Meta Estratégica 2005 100% do orçamento disponibilizado aplicado adequadamente
Ações principais	
<ul style="list-style-type: none"> • Monitorar diariamente a disponibilidade orçamentária • Realizar as aquisições de bens, produtos e serviços de acordo com a legislação pertinente • Definir termo de referência para todos os processos de aquisição de bens, produtos e serviços. • Manter contato permanente com os fornecedores 	

- Implementar as providências para correção de erros apontados nas auditorias
- Elaborar a proposta orçamentária de 2006 com ampla participação dos setores
- Elaborar plano de ação detalhado da área meio, com definição de prazos e responsáveis
- Definir a alocação dos recursos, material de consumo, material permanente e reformas através do Comitê Gestor.

Processo Fornecimento de bens e serviços	Meta Estratégica 2005 100% das demandas dos setores internos atendidas dentro dos requisitos dos processos de apoio
Ações principais	
<ul style="list-style-type: none"> • Cadastrar o material de expediente e de consumo • Cadastrar os bens adquiridos • Administrar a logística de transporte • Administrar a logística de material • Administrar a logística de informática • Controlar o recebimento e a distribuição de correspondência • Assegurar assessoria jurídica adequada aos setores internos. 	

Os recursos para os programas de trabalho são alocados na Matriz Orçamentária do MTE. A cada ano, a Alta Direção negocia diretamente a definição das dotações orçamentárias para a implementação dos Planos de Ação. Ao longo do ano, é realizado um monitoramento da evolução do orçamento disponibilizado e do executado. A prioridade na alocação dos recursos é dada aos processos finalísticos.

3.3. Avaliação do Cumprimento das Metas

O sistema de medição do desempenho global leva em consideração as metas gerais do MTE e as metas específicas da DRT/MA. As metas são relacionadas aos indicadores relevantes para a atuação da DRT/MA em função do atendimento às necessidades e interesses dos cidadãos e da sociedade e da garantia dos critérios de eficiência dos processos e de eficácia dos resultados alcançados para a alteração da realidade sócio-econômica do Estado, em particular no âmbito da política pública das relações de trabalho.

O acompanhamento da implementação dos planos de ação é realizado através do monitoramento do atingimento das metas através de reuniões do Comitê Gestor e de uma planilha eletrônica que é preenchida mensalmente por cada responsável pelas metas estratégicas.

Resultados obtidos por Meta Estratégica

Nº	Metas Estratégicas	Resultados Obtidos
1.	30 mil trabalhadores registrados pela ação fiscal	15.767 trabalhadores registrados pela ação fiscal. * ver consideração abaixo do quadro
2.	640 mil trabalhadores alcançados pela ação fiscal	595.830 mil trabalhadores alcançados pela ação fiscal. (93% da meta)
3.	100% dos acidentes fatais e graves analisados nas empresas	100% dos acidentes fatais foram analisados nas empresas (8 acidentes fatais). E 91 acidentes de trabalhos analisados em geral.

4.	600 empresas adesas ao Programa de Alimentação do Trabalhador	1.237 empresas adesas ao PAT (106,16% acima da meta)
5.	Realizar 6 operações de fiscalização dirigidas para o combate ao trabalho escravo	Foram realizadas 5 operações de fiscalização dirigida para o combate ao trabalho escravo (83% da meta), com 264 trabalhadores resgatados. * ver justificativa abaixo do quadro.
6.	R\$ 3.650.000,00 de FGTS recolhidos pela ação fiscal	R\$ 5.079.666,44 de FGTS foram recolhidos pela ação fiscal. (139,17% acima da meta) * ver consideração abaixo do quadro
7.	R\$ 5.800.000,00 de FGTS notificados pela ação fiscal	R\$ 4.517.375,91 de FGTS foram notificados pela ação fiscal. (77,88% da meta) * ver consideração abaixo do quadro
8.	1.044 crianças em situação de trabalho acompanhadas junto aos programas sociais	513 crianças e adolescentes encaminhados ao PETI; 1.200 acompanhadas pelo projeto Cata-Ventos de Liberdade, em parceria com o Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil (64% acima da meta)
9.	600 adolescentes inseridos como aprendizes e na qualificação profissional	628 adolescentes inseridos como aprendizes e na qualificação profissional. (4,66% acima da meta)
10.	100 pessoas portadoras de deficiências inseridas no mercado de trabalho	281 pessoas portadoras de deficiências inseridas no mercado de trabalho (81% acima da meta)
11.	50 empresas convocadas para implantação de creches / reembolso-creche	81 empresas notificadas para manterem creche ou oferecerem reembolso-creche. (62% acima da meta)
12.	100 empreendimentos de economia solidária articulados em rede	Foi realizado o mapeamento com cerca de 500 empreendimentos para em 2006 fazer a articulação em rede.
13.	3.000 jovens inseridos no 1º Emprego pela subvenção (meta nacional proposta pelo PNPE)	Foram inseridos 06 jovens no 1º Emprego por subvenção e 150 jovens por Responsabilidade Social.
14.	1.200 jovens inseridos no mundo do trabalho pelo consórcio de juventude	O Consórcio Social da Juventude será concluído no final de março de 2006, por isso não é possível apresentar o resultado obtido por ele.
15.	Êxito em 60% das negociações realizadas	35 mediações coletivas com resultados positivos (60% da meta)
16.	Assegurada a emissão de CTPS em 217 municípios	Assegurada a emissão em cerca de 170 municípios. (78,34% da meta)
17.	200.000 CTPS emitidas	191.170 CTPS emitidas (95,58% da meta)
18.	6.600 pescadores artesanais habilitados ao seguro desemprego	5.930 pescadores artesanais habilitados ao seguro desemprego (89,84% da meta)
19.	Todas as ações e resultados da DRT/MA divulgados à sociedade	A divulgação dos eventos e resultados ocorreu através de releases enviados a mídia, entrevistas, jornais impressos, TV e rádio.
20.	Garantido 95% de satisfação dos cidadãos com os serviços da DRT/MA	90,63% de satisfação dos cidadãos com os serviços da DRT/MA.

21.	100% do orçamento disponibilizado aplicado adequadamente	99,25% do orçamento executado
-----	--	-------------------------------

Considerando o desvio de 10% em relação à meta como aceitável, apresentamos as seguintes justificativas para as metas que apresentaram um desvio superior a esse percentual:

*No item 1 (um), que se refere a meta de realizar 30 mil registros pela ação fiscal, temos a seguinte justificativa:

Houve um equívoco no lançamento do registro em ação fiscal de menores aprendizes com a diferença de (8.731) em 2004. Por isso o número de trabalhadores registrados pela ação fiscal total foi lançado como 27.208 e na realidade o valor real é de 18.477. Contudo, na hora de elaborar o planejamento anual da DRT/MA para 2005, foi levado em conta o valor "errado" para elaboração da meta de 30.000.

Se considerarmos uma meta de 20 mil, o que seria real, atingimos 78,83% da mesma, uma vez que em 2005 foram 15.767 o número de trabalhadores registrados pela ação fiscal.

*No item 5 (cinco), que se refere a meta de realizar seis operações de fiscalização dirigidas para o combate ao trabalho escravo, o resultado obtido foi de 83% da meta com cinco operações devido a:

- Greve da Polícia Federal (2 meses);
- A Polícia Federal não disponibilizou agentes para a operação alegando estar com pouco pessoal.

*No item 6 e 7 (seis e sete), que se referem ao número de FGTS notificado e NFGTS recolhido pela ação fiscal, segundo chefe do setor (NFGTS), um item compensa o outro, pois se somarmos os dois itens, teremos:

Em 2004 a soma de 8.038.570 e em 2005, o valor de 9.597.042,31. Podemos então, visualizar o crescimento de um ano para o outro de FGTS notificado e NFGTS recolhido.

*No item 13, que se refere a 3.000 jovens inseridos no 1º Emprego por subvenção, temos a seguinte consideração:

Segundo o chefe do PNPE, essa meta foi definida através da PORTARIA Nº 570, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2004.

De 991 jovens até o mês de março/2005. Embora todas as ações do PNPE estivessem sendo realizadas, não foi possível cumprir com a solicitação. Em reunião TÉCNICA no mês de julho em Brasília, o Coordenador do PNPE, Ricardo Ciffuentes sugeriu que as DRTs ficassem despreocupadas com a meta e sim, desse todo apoio aos consórcios e paralelamente, viabilizasse a inserção do jovens cadastrados no PNPE.

4. Cidadãos e Sociedade

O público-alvo para as ações da DRT/MA compreende todos os cidadãos, em especial os trabalhadores e as trabalhadoras, empregados(as) ou não, as pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos públicos relacionados ao mundo do trabalho e que necessitem dos serviços prestados pela DRT/MA.

O universo potencial de clientes abrange todo a população economicamente ativa e as pessoas em condição especial de desenvolvimento que possam estar submetidas a situação de exploração. O atendimento a esse universo se dá pela inexistência de critérios discriminatórios nos serviços, ou seja, todos os cidadãos que solicitam os

serviços da DRT/MA são atendidos dentro dos requisitos estabelecidos. Em caso dos requisitos não serem suficientes ou adequados, a situação é submetida à análise dos setores e chefias para eventuais alterações nos requisitos dos serviços, a exemplo da ampliação da área geográfica de atendimento, a incorporação de novas temáticas ou situações e o estabelecimento de novas parcerias.

As necessidades dos cidadãos e da sociedade são identificadas através da análise da legislação trabalhista e dos dados constantes nos sistemas corporativos do MTE e em relatórios de organizações correlatas e através do contato direto com as entidades representativas dos segmentos e da análise de demandas externas individuais.

As demandas dos cidadãos e da sociedade são expressas através da ouvidoria, dos fóruns e comissões, do site e dos serviços de atendimento. As informações recolhidas são sistematizadas e orientam a redefinição das ações, em termos de seus atributos ou de sua abrangência, a exemplo do direcionamento da ação fiscal, inclusive com a realização de blitz, dos autos de infração e notificação, do aprimoramento e ampliação de serviços como a emissão da CTPS nos municípios, a realização de campanhas sobre a gratificação natalina e a identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho, a orientação às entidades representativas e as palestras nas unidades de atendimento.

O critério utilizado para segmentar os usuários atuais e potenciais é a sua situação em relação ao mundo do trabalho, o que determina qual serviço será disponibilizado a cada segmento.

Segmentação de Cidadãos-Usuários

Segmentos	Descrição
Empregados	Trabalhadores e trabalhadoras inseridos no mercado de trabalho
Desempregados	Trabalhadores e trabalhadoras demitidos, sem acesso ao mercado de trabalho ou em situação de informalidade
Cidadãos em condição especial	Pessoas portadoras de necessidades especiais
	Crianças e adolescentes em situação de trabalho
	Trabalhadores e trabalhadoras em situação de trabalho escravo
Entidades classistas	Sindicatos laborais e patronais

A divulgação dos serviços e ações da DRT/MA aos cidadãos e à sociedade ocorre por meio de folders, banners, cartazes, cartilhas, imprensa, outdoor e informativo da DRT. Os colaboradores prestam orientações diretamente aos cidadãos através de palestras e seminários e da participação em fóruns, a exemplo das orientações aos pescadores acerca do seguro-desemprego, que é realizada através de reuniões nas Colônias de Pescadores. Outro exemplo são os ciclos de orientações trabalhistas, realizados nas unidades descentralizadas da DRT.

4.1. Relacionamento com os cidadãos-usuários

A DRT/MA disponibiliza vários canais de acesso dos cidadãos aos setores da organização e à Alta Direção. O Plantão Fiscal é realizado com atendimento contínuo. Todos os usuários têm oportunidade de expressar a sua satisfação ou insatisfação em relação ao atendimento através de formulário próprio disponibilizado pela Ouvidoria e entregue ao final de cada atendimento. As unidades de atendimento funcionam durante todo o dia, facilitando o acesso dos cidadãos aos serviços. A participação da Alta Direção nos Fóruns e Comissões interinstitucionais e em eventos da sociedade permite também o acesso dos cidadãos às informações acerca dos serviços. Os cidadãos têm acesso à DRT/MA também através da Internet.

Canais de Acesso

Canal de Acesso	Descrição
Ouvidoria	Canal direcionado para coletar sugestões e reclamações dos usuários
Plantão Fiscal	Canal direcionado para prestar orientações aos cidadãos
Serviços de atendimento nas unidades descentralizadas	Canal direcionado para garantir a execução dos processos finalísticos através do contato direto com os cidadãos
Site do MTE/DRTs	Canal direcionado para fornecimento de informações aos cidadãos e recebimento de sugestões e reclamações dos usuários
Fóruns e Comissões interinstitucionais	Canal direcionado para o diálogo com a sociedade, permitindo a ação coordenada em torno das políticas públicas relacionadas ao mundo do trabalho
Participação em eventos	Canal direcionado para o diálogo com a sociedade, permitindo o intercâmbio de informações relevantes
Seminários e palestras aos segmentos	Canal direcionado para o diálogo com a sociedade, permitindo o repasse ágil de informações sobre as estratégias da DRT/MA

A recepção das reclamações e sugestões pela Ouvidoria é feita através de telefone e de urnas para colocação dos formulários distribuídos a cada atendimento. Os padrões de atendimento são divulgados na sede através de painéis, placas e cartazes, possibilitando que os usuários possam avaliar permanentemente o desempenho.

A avaliação da satisfação dos usuários é feita através de pesquisa no momento do atendimento através de formulário próprio depositado em urna. As respostas são sistematizadas mensalmente e remetidas aos setores para análise e providências quanto às sugestões e reclamações.

4.2. Interação com a sociedade

A interação com a sociedade se dá através da participação da Alta Direção nos espaços e eventos interinstitucionais, a exemplo de seminários, palestras, reuniões intersetoriais, campanhas e ações de cidadania. Nesses espaços e eventos é possível recolher as demandas e proposições das entidades representativas da sociedade. Além disso, a DRT/MA lança mão da coleta e análise dos indicadores sociais nos relatórios dos órgãos oficiais de pesquisa e de organismos correlatos, em nível nacional e internacional.

A participação da DRT/MA em fóruns e comissões interinstitucionais, através da Alta Direção, permite que sejam identificadas e processadas demandas dos diversos segmentos sociais, gerando oportunidades para que as ações da DRT/MA possam ter mais objetividade.

A avaliação do impacto da atuação da DRT/MA em relação à sociedade se dá através de pesquisas de opinião junto aos usuários dos serviços, do retorno dado pelas entidades representativas parceiras e do monitoramento da divulgação das iniciativas da DRT/MA na mídia.

O atendimento ao interesse público ocorre com a determinação de fiscalizações prioritárias para atender às reclamações dos trabalhadores e seus sindicatos e aos processos encaminhados pela PRT e Justiça do Trabalho. Os processos de sensibilização e qualificação dos colaboradores para a melhoria contínua dos serviços prestados à população contribuem para a ampliação da responsabilidade pública dos colaboradores.

A DRT/MA investe permanentemente na capacitação e orientação de seus dirigentes e colaboradores para a melhoria do atendimento aos cidadãos. Também

incentiva a participação de seus colaboradores em ações de cidadania, a exemplo da Campanha de Ação Global e Cidadania e do Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida.

5. Informação e conhecimento

As principais informações necessárias para a atuação da DRT/MA são selecionadas em função dos requisitos dos serviços e do planejamento estratégico e são obtidas junto aos órgãos e sistemas oficiais de informação e junto às organizações correlatas. Periodicamente, essas fontes são acessadas e as informações são analisadas para gerar indicadores de interesse da DRT. Tais indicadores são processados para verificação e/ou alteração das metas qualitativas e quantitativas.

As informações relativas às atividades de inspeção do trabalho são registradas e/ou acessadas através do SFIT - Sistema Federal de Inspeção do Trabalho. As informações administrativas e financeiras são registradas e/ou acessadas através do SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, do SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos e do SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais.

A utilização desses sistemas informatizados de fácil acesso e consulta disponibiliza em nível gerencial todas as informações relevantes necessárias à tomada de decisão das chefias.

A integração com o sistema de gestão administrativa do governo se dá pela utilização e alimentação dos sistemas de informação com vistas a otimizar os processos de apoio e finalísticos da DRT/MA e contribuir para a disponibilização de informações relevantes aos cidadãos e à sociedade.

Fontes de informações relevantes

Fonte	Descrição
Legislação trabalhista	Regulamentação dos requisitos para garantia dos direitos trabalhistas
Ouvidoria	Coleta e sistematização das reclamações e sugestões dos cidadãos-usuários e da sociedade
SFIT	Coleta e sistematização dos dados relativos à fiscalização trabalhista
CAGED	Coleta e sistematização da evolução do emprego e desemprego
Relatórios do PNAD/IBGE	Coleta e sistematização dos dados censitários acerca dos indicadores sócio-econômicos
Relatórios da OIT	Coleta e sistematização de informações acerca da situação do mercado de trabalho
Relatórios do Unicef	Coleta e sistematização de informações acerca da situação das crianças e adolescentes
SIAPE	Registro e sistematização das informações sobre os colaboradores
SIASG	Registro e sistematização das informações sobre os serviços gerais
SIAFI	Sistematização dos dados orçamentários e financeiros

As informações levantadas pela DRT são organizadas e armazenadas em bancos de dados e sistemas corporativos, com cópias de segurança realizadas periodicamente.

Cada setor da DRT/MA é responsável regimentalmente por sistematizar e manter disponíveis as informações atinentes à sua área de atuação, de forma a orientar as suas ações de curto e longo prazos e a contribuir para o planejamento integrado da DRT/MA e do MTE.

A tecnologia da informação é utilizada para facilitar o acesso, a análise, o registro, a atualização e a disponibilização das informações relevantes. A rede interna de

computadores e a Internet são a base para a utilização da tecnologia das informações por todos os setores, possibilitando a comunicação e o acesso às informações on line.

A adequação e atualização contínua dos softwares e dos equipamentos garante maior agilidade aos processos de organização e divulgação das informações. A utilização dos sistemas informatizados de fácil acesso e consulta disponibiliza todas as informações relevantes necessárias à tomada de decisão. Esses sistemas estão disponíveis aos colaboradores, aos usuários e à sociedade, mediante níveis de acesso.

Todas as informações geradas a partir da formulação das estratégias e da execução dos serviços da DRT/MA são registradas nos relatórios de avaliação e de gestão e nos documentos dos planos estratégicos. Os dados de atendimento e de fiscalização são lançados nos sistemas corporativos e geram estatísticas que ficam disponíveis para consulta interna e externa. Esses conhecimentos são permanentemente atualizados em função da evolução dos processos e resultados da DRT/MA.

Os dados sistematizados são informados periodicamente nas reuniões do Comitê Gestor e nos treinamentos. Os dados mais relevantes são divulgados através da mídia e nos espaços interinstitucionais.

O compartilhamento do conhecimento relevante se dá principalmente pela disponibilização nos sistemas de informação, aos quais as chefias e os colaboradores têm acesso, mediante senha. Os relatórios de gestão ficam disponíveis para consultas a todos os interessados.

Os dados mais relevantes são utilizados para a avaliação da gestão e, conseqüentemente torna-se a base para a formulação e revisão permanentes das estratégias por setores e em nível geral da DRT/MA.

6. Gestão de Pessoas

A DRT/MA possui uma estrutura formal de trabalho conforme seu Regimento Interno e explicitada no organograma descrito no Perfil Institucional. Na medida em que são identificadas novas demandas de serviços ou necessidades de melhorias nas práticas de gestão, a DRT/MA organiza grupos de trabalho, comissões e núcleos por demandas específicas. A estrutura do sistema de liderança expressa essa versatilidade. As atividades relacionadas aos processos de apoio também geram oportunidades para a formação de comissões, a exemplo de licitações, inventário, sindicâncias, inquéritos, etc.

Nas unidades descentralizadas, as chefias são definidas de acordo com as necessidades dos serviços e o número de servidores, levando em conta sempre as habilidades específicas dos colaboradores e as exigências dos serviços.

Grupos de Trabalho

Nível	Grupos de Trabalho	Atribuições
Decisão	Comitê Gestor	Coordenação geral da gestão da DRT/MA
	Seções	Coordenação dos processos finalísticos e de apoio
Ações Finalísticas	Núcleos	Coordenação de áreas finalísticas específicas
	Programas	
Ações de apoio	Serviços	Coordenação de processos de apoio específicos
	Núcleos	
	Setores	

O sistema de trabalho da DRT/MA possibilita oportunidades para a participação das pessoas, segundo os critérios da qualificação, competência e criatividade, e contribui

para a agilização na tomada de decisões e na resposta às partes interessadas, em especial os cidadãos e a sociedade.

O atendimento aos cidadãos através dos balcões de atendimento e das ações fiscais contribui para a flexibilidade e rapidez na resposta às demandas e interesses dos cidadãos e da sociedade.

A participação nos espaços interinstitucionais é outro mecanismo muito relevante para estímulo à iniciativa, à criatividade e à inovação, na medida em que amplia os horizontes do planejamento setorial e integrado da DRT/MA.

A comunicação e o compartilhamento de conhecimentos e habilidades entre as unidades da organização se dão através dos mecanismos de comunicação descritos a seguir.

Mecanismos de comunicação

REDE DE COMPUTADORES: INTRANET / EXTRANET
INTERNET
CIRCULAÇÃO FÍSICA E ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS
REUNIÕES INTERSETORIAIS E GERAIS
GRUPOS DE TRABALHO
AUDIÊNCIAS, REUNIÕES, ETC. PÚBLICAS.
MURAI FÍSICOS
COMPRASNET
DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SISTEMAS: SIAFI/SIAPE/SIASG/COMPROT

As características e habilidades necessárias ao preenchimento de cargos e funções são definidos formalmente nos documentos emanados do Governo Federal. O preenchimento das cargos é feito através de concurso público, no caso dos colaboradores efetivos, e por licitação de empresa qualificada, no caso dos contratados, atendidas as exigências do perfil e qualificação dos profissionais. O preenchimento dos cargos de confiança e funções gratificadas se dá por colaboradores do quadro permanente do MTE.

Os canais de interlocução e negociação com as pessoas são as chefias imediatas, a Seção de Logística e Administração, o Núcleo de Pessoal, o Serviço de Qualidade e o Comitê Gestor.

Formalmente, não existe processo de avaliação de desempenho. Informalmente as chefias avaliam o desempenho dos colaboradores e estabelecem mecanismos de melhoria e aprimoramento das capacidades e habilidades, geralmente através de treinamento dirigido.

O sistema de remuneração é estruturado pelo Governo Federal, através do SIAPE. A remuneração dos Auditores Fiscais do Trabalho é constituída por uma parte fixa e por outra variável, a título de Gratificação de Desempenho da Arrecadação Tributária, para a qual são estabelecidas metas individuais e institucionais.

O reconhecimento das pessoas se dá através de portarias de elogio emitidas pelo Delegado, sob recomendação das chefias. Não existe um sistema formal de critérios e periodicidade para o reconhecimento das pessoas.

6.1. Educação, Capacitação e Desenvolvimento

O plano anual de trabalho da DRT/MA prevê a realização de cursos e treinamentos para as diversas áreas da organização. O levantamento das necessidades é feito anualmente junto aos servidores a partir de cada setor e subsidia a elaboração dos planos de trabalho de cada setor. As oportunidades de capacitação das pessoas são identificadas junto à oferta de cursos e treinamentos pelo MTE, pelo Governo Federal e por outras instituições correlatas. A decisão sobre a participação das pessoas nos eventos de capacitação fica a cargo de cada chefia.

Os colaboradores capacitados atuam como monitores em eventos de capacitação interna, a exemplo dos AFTs. Os servidores que atuam nas áreas fins e no atendimento são treinados sistematicamente em serviço ou através de cursos de aprimoramento e são estimulados a repassarem suas habilidades e conhecimentos aos demais.

Os novos colaboradores são treinados intensivamente para obterem domínio acerca dos requisitos e características dos serviços. A participação em treinamentos externos contribui para o aprimoramento dos colaboradores e dos gerentes.

A compatibilização das atividades de formação com os recursos disponíveis é feita anualmente, por ocasião da elaboração dos planos de trabalho e progressivamente, na medida em que surgem as oportunidades e necessidades.

Os conhecimentos adquiridos são aplicados diretamente pelos colaboradores nas atividades às quais estão vinculados e através do repasse aos seus colegas de trabalho. A avaliação dos conhecimentos adquiridos se dá ao final de cada evento formativo e, posteriormente, pelas chefias, de maneira informal.

7. Gestão de Processos

Os principais serviços e processos desenvolvidos pela DRT/MA estão relacionados ao conhecimento e ao cumprimento da legislação trabalhista pelos diversos segmentos envolvidos no mundo do trabalho. A regulamentação dessa legislação estabelece os requisitos e procedimentos para o atendimento adequado às necessidades e interesses dos cidadãos e da sociedade.

O relacionamento com os cidadãos, através do atendimento direto e das ações fiscais, e com a sociedade, através da participação em eventos e espaços interinstitucionais permite a identificação de novas demandas e interesses que são traduzidas em novas estruturas, atribuições e responsabilidades da DRT/MA, que são imediatamente incorporadas aos serviços já existentes ou dão margem para o surgimento de novos serviços.

As características dos serviços prestados pela DRT/MA são repassadas através de reuniões periódicas dos setores envolvidos, da disseminação das informações diretamente às partes interessadas, do treinamento intensivo aos novos e antigos colaboradores, dos folders e através da mídia, esclarecendo indicadores de desempenho e descrição dos procedimentos padrões.

Cada setor responsável por determinado processo finalístico define os seus requisitos e indicadores, com base na legislação pertinente. Esses indicadores são convertidos em metas a serem alcançados em cada ciclo. Periodicamente as chefias e coordenações verificam o grau de implementação das iniciativas e de atingimento das metas para adequação dos processos e ritmos. O Comitê Gestor funciona como espaço principal para a socialização das informações e compartilhamento das decisões acerca da gestão dos projetos de serviços.

A execução dos processos finalísticos é feita pelos AFT's e servidores das áreas-fim utilizando os recursos tecnológicos e logísticos disponíveis. O gerenciamento é realizado pelos chefes e coordenadores setoriais, através da verificação nos sistemas informatizados. A sinergia e o funcionamento integrado entre as unidades é assegurada através da definição clara de competências e das reuniões periódicas envolvendo as chefias.

Os processos de apoio são definidos em conformidade com as necessidades dos processos finalísticos, a legislação pertinente e a disponibilidade orçamentária e buscam atender às orientações estratégicas da DRT/MA e aos requisitos dos serviços prestados aos cidadãos.

Cada chefia informa, ao elaborar seu plano, as necessidades de suporte logístico. O atendimento a essas necessidades é compatibilizado com os recursos disponíveis do ponto de vista orçamentário-financeiro, de recursos humanos e de instalações e equipamentos.

As necessidades dos cidadãos e da sociedade são consideradas a partir do dimensionamento do seu atendimento nos planos de trabalho dos setores.

Os requisitos dos processos de apoio são estabelecidos a partir das demandas dos diversos setores em função do atendimento às necessidades dos cidadãos e da sociedade. A base são os planos de ação e as metas das áreas finalísticas e as requisições de suporte para o desenvolvimento das atividades dessas áreas.

A SELAD coordena os processos de apoio, articulando a ação dos diversos serviços e setores no sentido do atendimento às demandas das áreas finalísticas. Cada processo de apoio tem uma estrutura de gestão correspondente. Os contratos com fornecedores possuem gestores específicos.

A otimização dos custos se dá a partir da avaliação do desempenho dos serviços. A partir dessa avaliação, procede-se a uma racionalização dos custos com diárias, passagens, material de consumo e expediente. Também foi estabelecido um controle mais rigoroso na distribuição, a partir de requisições dos setores com antecedência, e um maior rigor no atendimento aos requisitos das solicitações aos fornecedores. O sistema de telefonia é estruturado em torno de uma central com ramais. Alguns setores possuem telefones exclusivos, com base na demanda específica. A central inclui um bloqueio automático para ligações interurbanas e para celular, que só podem ser efetuadas mediante acesso por senhas.

O processo de aquisição dos suprimentos ocorre de acordo com a legislação, tendo como parâmetro a Lei 8.666. Os fornecedores da DRT/MA são cadastrados no SICAF, atendendo aos requisitos de habilitação jurídica, qualificação técnica e regularidade fiscal. As emissões de Nota de Empenho e Ordem Bancária para pagamento aos fornecedores são efetuadas dentro dos prazos legais. Todas as compras são precedidas de cotação de preços.

A gestão do relacionamento com os fornecedores é feita pela SELAD, com o suporte dos diversos setores e da Assessoria Jurídica.

A gestão dos bens materiais, patrimoniais e de estoques é feita pela SELAD, com o suporte dos diversos setores de apoio. As solicitações das áreas finalísticas e de apoio são feitas mediante requisições formais. Anualmente é feita uma estimativa das demandas de material permanente e de consumo com base na série histórica e na ampliação ou redução de serviços. As aquisições são feitas mediante contratos a partir dos resultados das licitações e da consulta de preços no SICAF. É efetuada manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos. Os materiais permanentes adquiridos são imediatamente tombados e realiza-se inventário anual. Sempre que necessário, é feita uma avaliação pontual de equipamentos ou materiais.

A gestão do processo de prestação de serviços adquiridos é feita por cada setor, com o apoio da SELAD. A capacitação e o desenvolvimento dos colaboradores contratados é feita em conjunto com os efetivos.

A proposta orçamentária é elaborada considerando os fatores de série histórica, orientações estratégicas da DRT/MA, metas e ações e os parâmetros definidos pelo governo federal e MTE. A gestão orçamentária e financeira é vinculada ao OGU.

O acompanhamento das operações em termos orçamentários é feito diariamente no sistema corporativo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

8. Resultados Gerais Obtidos em 2005

Satisfação dos cidadãos

Descrição	2003	2004	2005
Satisfação quanto ao atendimento	90%	94%	94%
Satisfação quanto ao trato do servidor	85%	95%	91%
Satisfação quanto ao tempo de espera	62%	80%	82%
Satisfação quanto às instalações físicas	92%	94%	91%
Satisfação quanto às informações recebidas	90%	94%	94%
Satisfação quanto aos serviços oferecidos	84%	95%	92%
Geral	83,30%	92,00%	90,63%

Fonte: Agência de Atendimento DRT/MA de São Luis / SAGEP

O quadro acima descrito se refere a uma pesquisa espontânea de consulta ao usuário com um universo de 743 pesquisados no ano de 2005. O usuário deposita sua resposta numa urna locada na Agência de Atendimento do centro de São Luis.

Atendimento ao universo potencial

Descrição	2003	2004	2005
Trabalhadores alcançados pela ação fiscal (atributos trabalhistas)	311.873	387.702	404.173
Trabalhadores alcançados pela ação fiscal (atributos de segurança e saúde)	142.077	218.788	191.657
Trabalhadores alcançados pelas mediações coletivas	0	99.582	37.004
Trabalhadores beneficiados pelo PAT	66.926	44.262	48.744
Trabalhadores habilitados ao seguro-desemprego	60.850	48.036	57.679
Pescadores habilitados ao seguro-desemprego	4.411	5.475	5.930
Trabalhadores resgatados de situações de trabalho análogo ao escravo	339	197	264
Crianças e adolescentes alcançados e retirados do trabalho infantil	843	678	513
Adolescentes inseridos como aprendizes na qualificação profissional	254	407	628
Pessoas portadoras de deficiência inseridas no mercado de trabalho	32	256	281
Trabalhadores orientados sobre abonos salariais	1.001	3.740	4.774
Trabalhadores orientados sobre direitos e obrigações	33.132	21.969	23.220
Total	623.741	833.096	776.872

Fontes: SFIT / SEINT; SES / NSGAB / NEPROF; PNPE; NCDOT; SERET; SFIT / NEGUR

Utilização do orçamento disponibilizado na área meio

Descrição	2001	2002	2003	2004	2005
Orçamento Disponibilizado	2.424.991,94	2.585.220,63	1.504.909,02	1.628.522,87	1.721.083,57
Recurso Executado	2.290.768,35	2.578.165,46	1.490.486,86	1.618.082,98	1.718.089,58
Saldo devolvido	134.223,59	7.055,17	14.422,16	10.439,89	2.993,99
%	94,46%	99,73%	99,04%	99,36%	99,83%

Fonte: SIAFI / NEORF

Utilização do orçamento disponibilizado na área fim

Descrição	2001	2002	2003	2004	2005
Orçamento Disponibilizado	904.072,74	657.893,08	495.768,13	429.066,28	398.339,07
Recurso Executado	817.727,03	636.816,23	447.540,12	401.800,58	385.532,42
Saldo devolvido	86.345,71	21.076,85	48.228,01	27.265,70	12.806,65
%	90,45%	96,80%	90,27%	93,64%	96,78%

Fonte: SIAFI / NEORF

Indicadores relativos aos processos finalísticos

Descrição	2003	2004	2005
Trabalhadores alcançados pela ação fiscal (atributos trabalhistas)	311.873	387.702	404.173
Trabalhadores alcançados pela ação fiscal (atributos de segurança e saúde)	142.077	218.788	191.657
Trabalhadores registrados pela ação fiscal (atributos trabalhistas)	17.568	18.477	15.767
Denúncias recebidas (atributos trabalhistas)	2.684	1.687	2.131
Denúncias recebidas (atributos saúde e segurança)	198	224	374

Fonte: SFIT / SEINT; SFIT / NEGUR

Descrição	2003	2004	2005
Atributos trabalhistas regularizados	7.269	9.482	11.335
Atributos de segurança e saúde regularizados	14.000	18.640	16.248
Empresas fiscalizadas nos atributos trabalhistas	6.472	6.204	7.815
Empresas autuadas nos atributos trabalhistas	1.283	1.145	1.081
Quantidade de autos lavrados nos atributos trabalhistas	1.458	1.172	1.359
Empresas fiscalizadas em saúde e segurança	1450	1.476	1.325
Autos de infração lavrados em saúde e segurança	233	249	263
Número de processos analisados e julgados	1.870	1.585	1.638
Valor total de multas impostas	7.724.002,	5.166.947,	6.683.082,
Valor total de multas recolhidas	592.446,	600.110,	746.881,
Notificação de empresas para pagamento de multas	1.781	1.478	1.445
Autos de infração enviados à PFN	1.174	1.045	1.062
Quantidade de NFGC lavradas	209	218	228
Quantidade de empresas notificadas para recolhimento do FGTS	235	218	228
Quantidade de NFGC enviadas à CEF	159	152	131
FGTS recolhido pela ação fiscal	3.899.523.	3.324.021,	5.079.666,
Trabalhadores resgatados de situações de trabalho análogo ao escravo	339	198	264
Crianças e adolescentes alcançados e retirados do trabalho infantil	843	678	513
Adolescentes inseridos como aprendizes na qualificação profissional	254	407	628
Empresas notificadas para cumprimento da cota de aprendizagem	–	137	165
Cobertura do PAT – empresas	279	458	1.237
Cobertura do PAT – trabalhadores	66.926	44.262	48.744
Emissão de CTPS	175.089	176.035	194.170
Habilitação de trabalhadores ao seguro-desemprego	60.850	48.036	57.679

Habilitação de pescadores ao seguro-desemprego	4.411	5.475	5.930
Habilitação de trabalhadores domésticos ao seguro-desemprego	39	22	1.380
Pessoas portadoras de deficiência inseridas no mercado de trabalho	32	256	281
Empresas notificadas sobre creche ou reembolso-creche	6	25	81
CAGED recepcionado	204	154	215
RAIS recepcionadas	318	299	442
Trabalhadores orientados sobre abonos salariais	1.001	3.740	4.774
Acidentes analisados nas empresas	50	110	91
Depósito de acordos e convenções coletivas	143	120	189
Registros profissionais concedidos	128	70	94
Rescisões homologadas	4.462	4.394	4.287
Mediações individuais	998	514	135
Mediações coletivas	137	143	101
Depósitos de ACT e CCT	143	118	193
Trabalhadores orientados sobre direitos e obrigações	33.132	21.969	23.220
CIPAs existentes	1.799	1.922	2.020
CIPAs registradas	60	123	98
SESMTs registrados	29	43	93
SESMTs redimensionados	56	109	72
Acidentes de trabalho analisados	50	110	91
Obras embargadas	19	4	38
Instalações interditadas	4	10	25
Laudos periciais emitidos	5	8	10

Fontes: SEINT / SFIT; NEGUR / SFIT; NEMUR, NFGTS, PNPE, SES / NSEGAB, NCDOT e SERET

Indicadores dos processos de apoio

Descrição	2003	2004	2005
Servidores respondendo a processos disciplinares	1	1	0
Contratos de manutenção vencidos	4	0	*4
Constatação de impropriedade	7	0	4
Recomendações	5	9	0
Ressalvas da CGU	6	0	1
Ressalvas do TCU	-	2	0
Contratos de manutenção de serviços	7	11	11
Contratos de compra material de consumo	12	12	3
Contratos de locação imóveis	8	8	8
Móveis tombados	11	76	0
Imóveis tombados	0	3	0
Serviços de reparo	1	2	0
Serviços de reforma	0	0	0
Serviços de construção	0	5	0

Fonte: SELAD, NUSG, NEORF

* Os contratos vencidos em 2005 estão abaixo relacionados:

FORNECEDOR	CONTRATO NR.	VENCIMENTO	OBJETO
José de Ribamar M. Pinto	009/2000	5/4/2005	Aluguel de imóvel AAT/Pinheiro/MA
Akropolis	009/2001	31/12/2005	Aluguel de imóvel da DRT/MA sede

J.F.Rocha Santos	002/2005	31/12/2005	Fornecimento de água mineral
Marlucia da Costa	017/2001	31/12/2005	Aluguel de imóvel AAT/Balsas/MA

8.1. Cumprimento das recomendações da CGU

Em cumprimento às recomendações da CGU, firmamos um PLANO DE PROVIDÊNCIAS, além das que foram cumpridas no decorrer das atividades, obtendo-se o seguinte resultado:

SETOR	POSICIONAMENTO DO GESTOR	PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS	PRAZO LIMITE DE IMPLEMENTAÇÃO	RESULTADO
PESSOAL	Acatamento	Regularizar		Cumprido
OPERACIONAL	Cumprimento	Letra "a"	Exercício 2005	a) cumprido b) cumprido c) cumprido
		Letra "b"		
		Letra "c"		
	Acatamento	Regularizar	Exercício 2005	Conforme recomendação inserimos a métrica no quadro onde são descritos os indicadores separadamente.
OPERACIONAL	Acatamento	Regularizar	Durante o exercício	Não foi realizado o estudo específico por falta de profissionais especializados, entretanto, foram tomadas medidas para evitar desperdício, aumentando o rigor na distribuição de material, discutindo e convencendo os chefes dos setores a utilizar recursos adequadamente, bem como, evitar a utilização de equipamentos e materiais que não em benefício do órgão.
Administração e Logística	Justificativa	Regularizar	Durante o exercício	Envidamos esforços no sentido de superar as deficiências, porém tal problema, quando ocorre, se prende a dois fatos alheios às nossas vontades: 1 – Disponibilização de recursos orçamentário insuficientes e no prazo inadequado; 2 – Inexistência de funcionários aptos a desenvolver as atividades. Esses dois fatos são problemas existentes na DRT/MA e que dificultam a execução de suas

				atividades de forma eficiente, criando problemas para atingirmos a eficácia esperada.
Pessoal	Cumprimento	Letra "a" Letra "b" Letra "c"	Durante o exercício	Cumprido
Pessoal	Cumprimento	Regularizar		Está em andamento com previsão de conclusão dia 02/03/06.
Administração e Logística	Justificativa	Regularizar	Durante o exercício	Envidamos esforços no sentido de superar as deficiências, porém tal problema, quando ocorre, se prende a dois fatos alheios às nossas vontades: 1 – Disponibilização de recursos orçamentário insuficientes e no prazo inadequado; 2 – Inexistência de funcionários aptos a desenvolver as atividades. Esses dois fatos são problemas existentes na DRT/MA e que dificultam a execução de suas atividades de forma eficiente, criando problemas para atingirmos a eficácia esperada.
Administração e Logística	Justificativa	Regularizar	Durante o exercício	a) O setor competente foi orientado a cumprir todas as medidas e realizar as licitações que se fizessem necessárias. Foi orientado também a só prorrogar contratos sob a competente orientação jurídica emitida pelo NAG. c) Os competentes termos aditivos foram publicados no Diário Oficial da União não tendo sido infelizmente anexado cópias comprobatórias nos processos, o que já foi realizado.

Obs.: os comprovantes de recolhimentos efetuados pelos servidores encontram-se acostados aos processos respectivos.

8.2. Cumprimento das recomendações do TCU

Em 2005, a TCU realizou apenas uma inspeção de conformidade com relação ao exercício de 2002.

Anexos

TABELAS SOBRE AÇÕES E RESULTADOS SETORIAIS

Ações fiscais de combate ao trabalho escravo - 2005

MUNICÍPIOS	FAZENDAS FISCALIZADAS	TRABALHADORES			VERBAS RESCISÓRIAS PAGAS (R\$)	AUTOS DE INFRAÇÕES LAVRADOS
		Alcançados	Registados	Resgatados		
BURITIRANA	BRASIL	17	17	15	9.550,31	05
	SÃO JOSÉ	02	02	01	1.628,86	03
AÇAILÂNDIA	BOA SORTE	05	04	02	1.040,60	02
	SÃO FRANCISCO	07	07	06	6.189,04	05
	SEMPRE VIVA	06	06	05	2.186,73	01
JOÃO LISBOA	BREJO DAS ARARAS	07	05	05	3.997,53	06
	SÃO FRANCISCO	08	08	07	5.981,20	04
CAMPESTRE	BURITIZINHO	01	01	01	685,79	01
ITINGA	COPAÍBA	14	14	11	11.654,28	-
VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	MARTÍRIOS	04	02	01	1.860,97	01
	PRIMAVERA	33	-	-	12.648,01	01
	REUNIDAS	06	06	04	6.995,08	04
PORTO FRANCO	SANTA ELISA	01	01	-	-	01
IMPERATRIZ	SAN MARIA	13	13	13	20.303,83	11
DOM ELISEU (PA)	PANTERA	18	18	18	11.208,06	10
ULIANÓPOLIS (PA)	SANTA LUZIA	31	27	31	50.581,69	12
SANTA LUZIA	THÂMIA	36	36	-	4.838,70	03
ALTO ALEGRE DO PINDARÉ	PIÇARREIRAS	16	16	12	10.153,58	08
CODÓ	GRANOSA	56	56	52	28.807,72	09
	SAGRISA	36	30	27	14.526,88	08
	MAITÁ S/A	09	09	-	-	06
CAPINZAL DO NORTE	VENEZA	06	06	-	-	02
TASSO FRAGOSO	CAROLINA DO NORTE	20	20	20	13.933,40	03
05 AÇÕES	23	352	304	264	218.771,96	106

Fonte: NEGUR

Empresas Fiscalizadas nos atributos trabalhistas

Setores	Nº de empresas	%
AGRICULTURA	153	1,95%
INDÚSTRIA	854	10,93%
COMÉRCIO	4.232	54,15%
CONSTRUÇÃO	615	7,86%
HOTÉIS/RESTAURANTES	324	4,15%
TRANSPORTES	315	4,05%
FINANCEIRA	75	0,95%
SERVIÇOS	702	8,98%
EDUCAÇÃO	229	2,94%
SAUDE	293	3,74%
OUTROS	23	0,29%
TOTAL	7.815	100,00%

Fonte: SFIT / SEINT

Trabalhadores alcançados na ação fiscal sobre atributos trabalhistas

Atividade econômica	Trabalhadores alcançados			
	Homem	Mulher	Adolescente	Total
Agricultura	25.306	713	4	26.023
Indústria	76.270	8.359	448	85.077
Comércio	53.485	21.822	411	75.718
Construção	49.033	4.025	48	53.106
Hotéis/Restaurantes	2.491	2.263	2	4.756
Transportes	43.460	7.167	56	50.683
Financeira	1.208	1.093	4	2.305
Serviços	46.117	13.298	178	59.593
Educação	6.667	7.240	0	13.907
Saúde	5.880	11.302	1	17.183
Outros	6.234	9.588	0	15.822
Total	316.151	86.870	1.152	404.173
%	78,22	21,49	0,28	100

Fonte: SFIT / SEINT

Trabalhadores alcançados na ação fiscal de saúde e segurança

Atividade econômica	Trabalhadores alcançados			
	Homem	Mulher	Adolescente	Total
Agricultura	18.550	445	04	18.999
Indústria	70.602	6.199	574	77.375
Comércio	13.027	2.574	26	15.627
Construção	27.735	1.254	04	28.993
Hotéis/Restaurantes	212	129	01	342
Transportes	19.135	4.012	-	23.147
Financeira	684	569	02	1.255
Serviços	15.868	3.437	20	19.325
Educação	588	622	0	1.210
Saúde	1.976	3.003	0	4.979
Outros	130	275	0	405
Total	168.507	22.519	631	191.657

Fonte: SFIT / SEINT

Empresas alcançadas pela ação fiscal em segurança e saúde

Atividades Econômicas	Empresas Fiscalizadas	Grupo CNAE
Rural	103	01; 02 e 05
Indústria	384	27, 28, 29, 34 e 35
Indústria da Construção	328	45
Comércio	243	20
Outras atividades	267	Demais grupos
Total	1.325	-

Fonte: SFIT / NEGUR

Trabalhadores registrados pela ação fiscal

Atividade econômica	Trabalhadores alcançados			
	Homem	Mulher	Adolescente	Total
Agricultura	3.373	35	4	3.412
Indústria	2.615	180	34	2.829
Comércio	2.102	231	318	3.651
Construção	3.151	65	43	3.259
Hotéis/Restaurantes	215	207	0	422
Transportes	464	55	51	570
Financeira	4	12	0	16
Serviços	664	219	33	916
Educação	315	147	0	462
Saúde	98	122	1	221
Outros	7	2	0	9
Total	13.008	2.275	484	15.767
%	82,50	14,42	3,06	100%

Fonte: SFIT / NEGUR

Anexos**ORÇAMENTO DA DRT/MA - 2005****MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA
RECEITA X DESPESA**

TIPO DE DESPESA	PROVISIONADO	EXECUTADO	SALDO
DIÁRIAS	37.083,41	36.887,65	195,76
PASSAGENS	21.689,68	21.235,38	454,30
MATERIAL DE CONSUMO	54.802,17	53.908,17	894,00
LOCAÇÃO DE IMÓVEIS- PESSOA FÍSICA	65.007,24	65.007,24	0,00
LOCAÇÃO DE IMÓVEIS- PESSOA JURÍDICA	197.820,00	197.820,00	0,00
SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	646.673,45	645.223,52	1.449,93
SERV. DE LIMPEZA	152.028,07	152.028,07	0,00
SERV. DE VIGILÂNCIA	459.641,04	459.641,04	0,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	2.920,99	2.920,99	0,00
EXERCÍCIOS ANTERIORES	24.421,04	24.421,04	0,00
REFORMAS			0,00
INDENIZAÇÕES	50,00	50,00	0,00
MATERIAL PERMANENTE	5.168,00	5.168,00	0,00
CONVÊNIO ESTÁGIO	53.778,48	53.778,48	0,00
TOTAL	1.721.083,57	1.718.089,58	2.993,99

Fonte: SIAFI / NEORF

Anexos

RELAÇÃO DOS EVENTOS REALIZADOS PELA DRT/MA EM 2005

MAIO

- 1) Seminário de Sensibilização sobre o Trabalho Escravo em Bacabal

JULHO

- 1) Seminário de Sensibilização sobre o Trabalho Escravo em Caxias.

AGOSTO

- 1) Seminário de Sensibilização sobre o Trabalho Escravo em Codó.
- 2) Implementação da Aprendizagem do adolescente em Bacabal e Santa Inês.

SETEMBRO

- 1) Seminário de Sensibilização sobre o Trabalho Escravo em Chapadinha.
- 2) Aula inaugural do Consórcio Social da Juventude em São Luis.
- 3) Encontro da DRT com o setor hoteleiro.

OUTUBRO

- 1) Encontro da DRT/MA com as empresas de trabalho temporário.
- 2) Seminário Construindo a Cidadania em Balsas.
- 3) Seminário Construindo a Cidadania em Presidente Dutra.
- 4) Seminário de Sensibilização sobre o Trabalho Escravo em Pinheiro.
- 5) Fórum das Políticas Públicas para a Juventude em São Luis.
- 6) Encontro da DRT com o setor hoteleiro.

NOVEMBRO

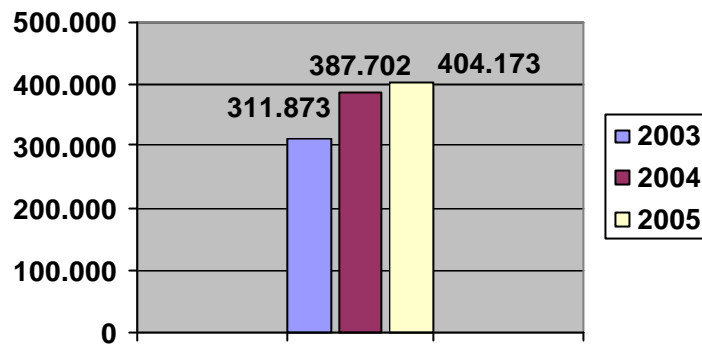
- 1) Encontro da DRT com o setor da construção civil.
- 2) Implementação da Aprendizagem do Adolescente em Açailândia.
- 3) Seminário de Sensibilização sobre o Trabalho Escravo em Presidente Dutra.
- 4) Seminário sobre a inserção de PPDs no mercado de trabalho.
- 5) Campanha de fiscalização do 13º salário.

DEZEMBRO

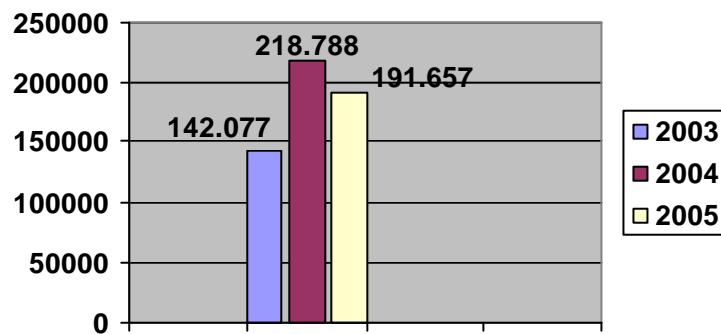
- 1) Campanha de fiscalização do 13º salário.
- 2) Avaliação das ações da DRT/MA em 2005.
- 3) Confraternização dos servidores da DRT/MA.
- 4) Balanço de 2005 e planejamento de 2006 do Fórum de Erradicação do Trabalho Escravo.

GRÁFICOS SOBRE OS RESULTADOS OBTIDOS EM 2005

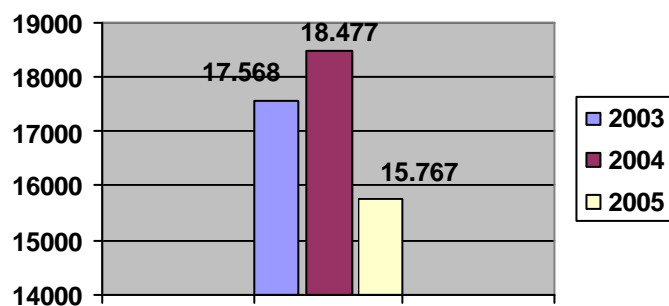
Trabalhadores alcançados pela ação fiscal (atributos trabalhistas)



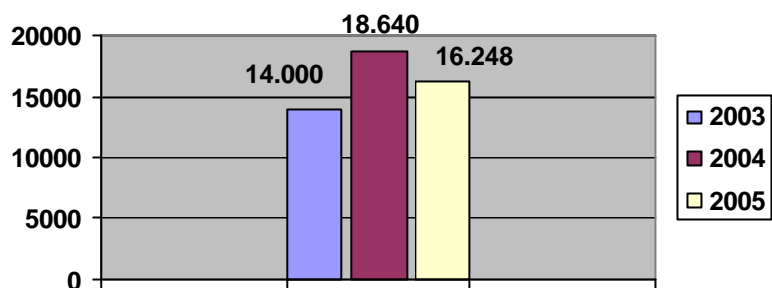
Trabalhadores alcançados pela ação fiscal (atributos de segurança e saúde)



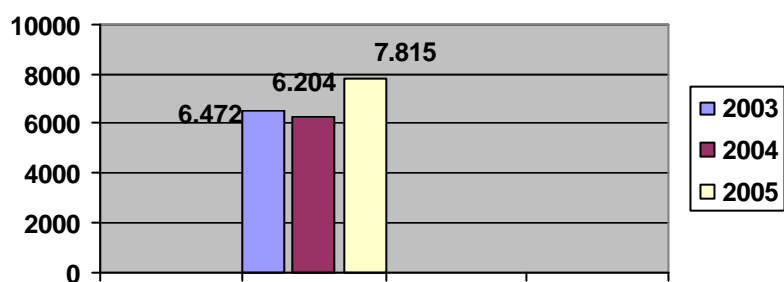
Trabalhadores registrados pela ação fiscal (atributos trabalhistas)



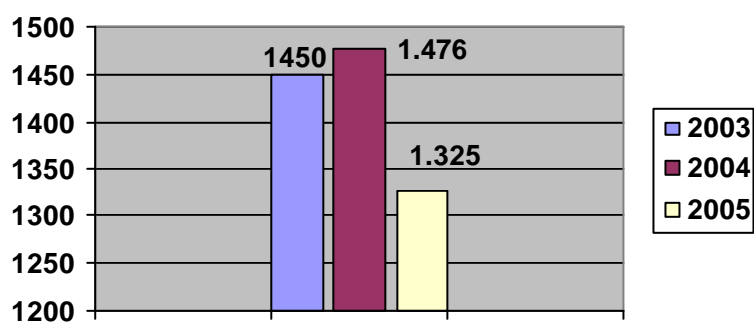
Atributos de segurança e saúde regularizados



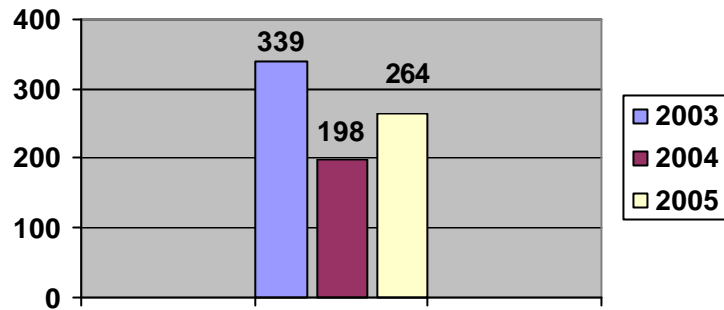
Empresas fiscalizadas nos atributos trabalhistas



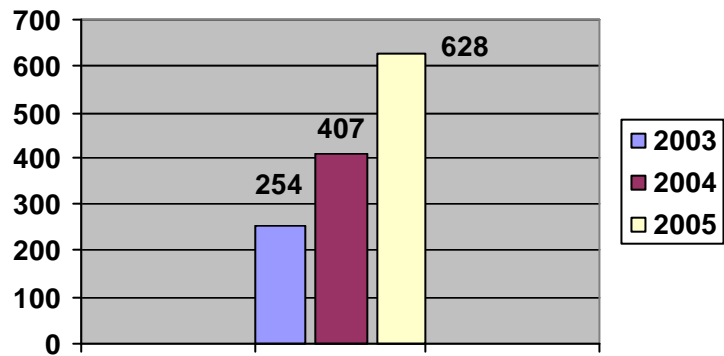
Empresas fiscalizadas em saúde e segurança



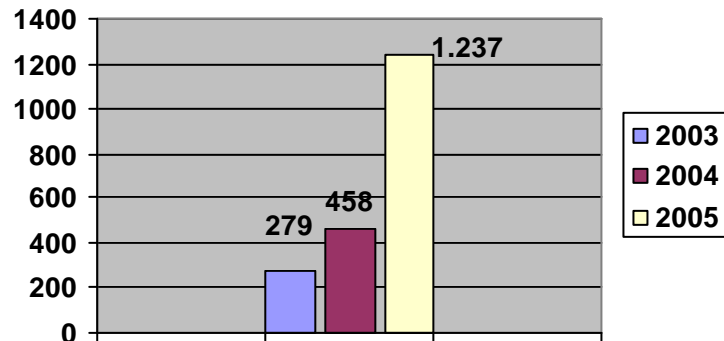
Trabalhadores resgatados de situações de trabalho análogo ao escravo



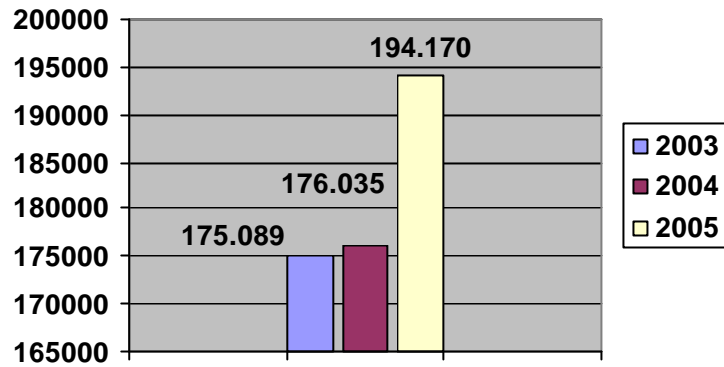
Adolescentes inseridos como aprendizes na qualificação profissional



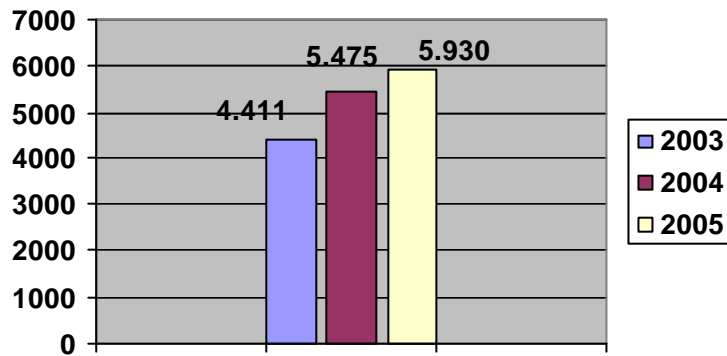
Cobertura do PAT – empresas



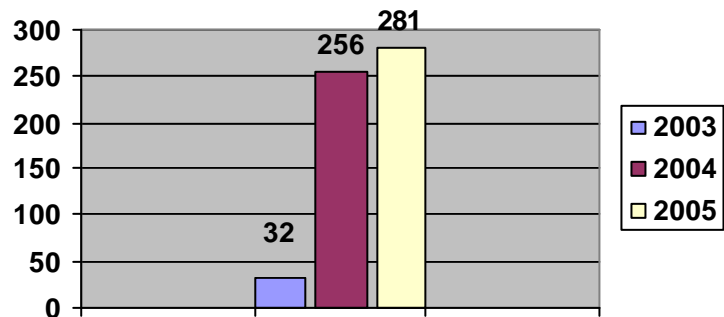
Emissão de CTPS



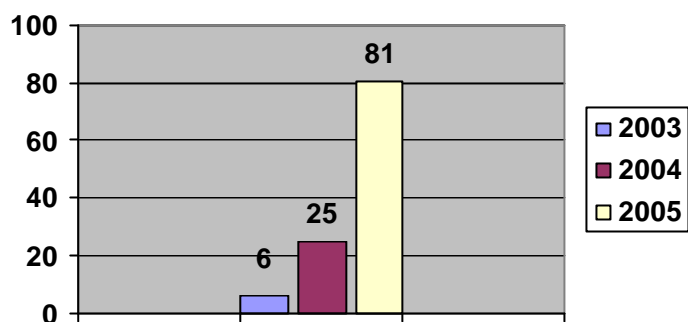
Habilitação de pescadores ao seguro-desemprego



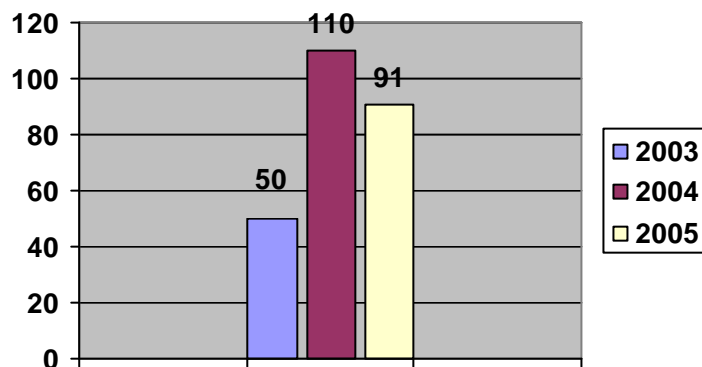
Pessoas portadoras de deficiência inseridas no mercado de trabalho



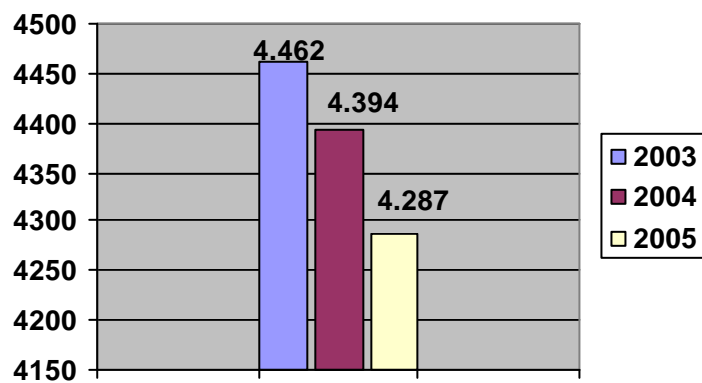
Empresas notificadas sobre creche ou reembolso-creche



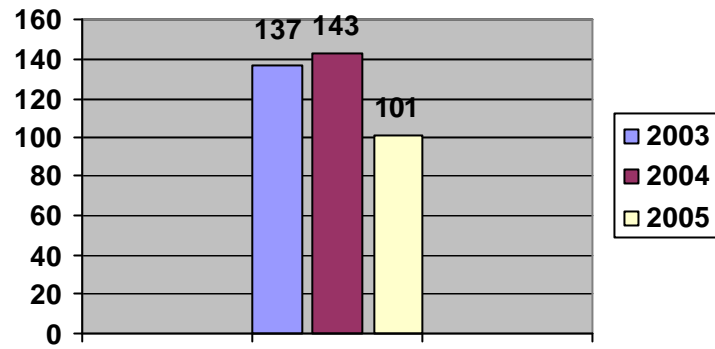
Acidentes analisados nas empresas



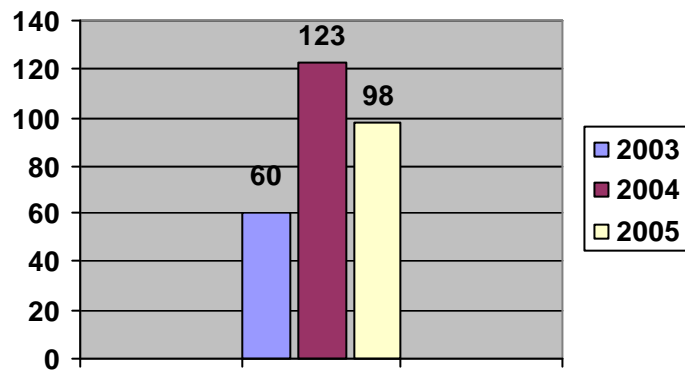
Rescisões homologadas



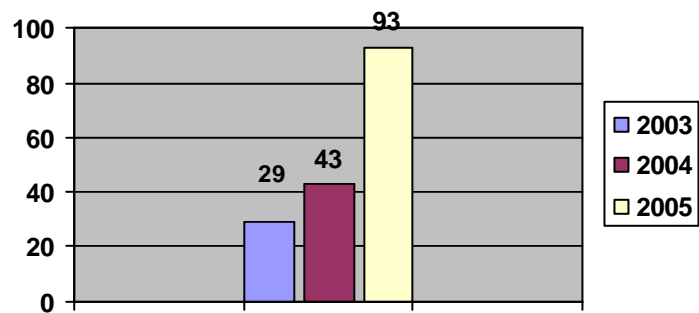
Mediações coletivas



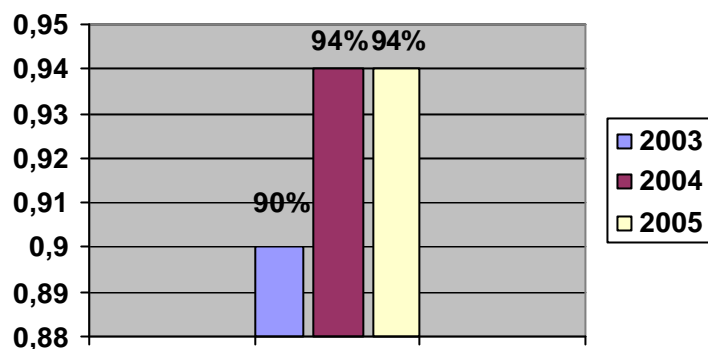
CIPAs registradas



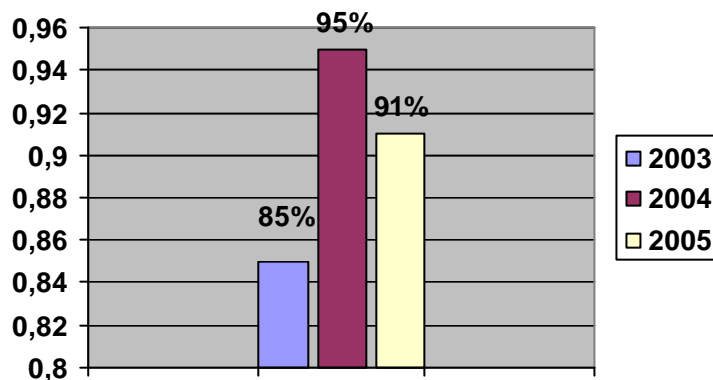
SESMTs registrados



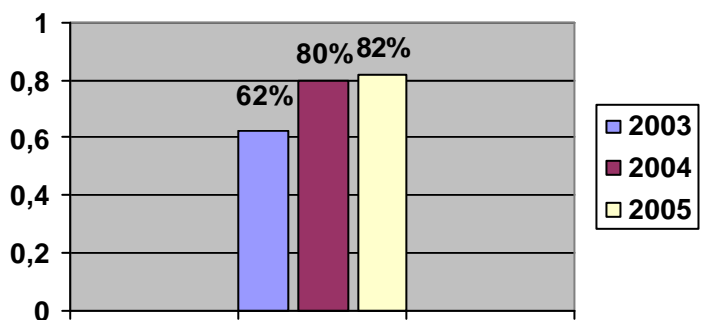
Satisfação quanto ao atendimento



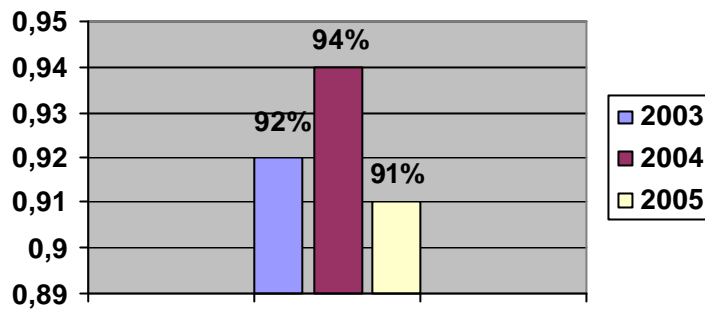
Satisfação quanto ao trato do servidor



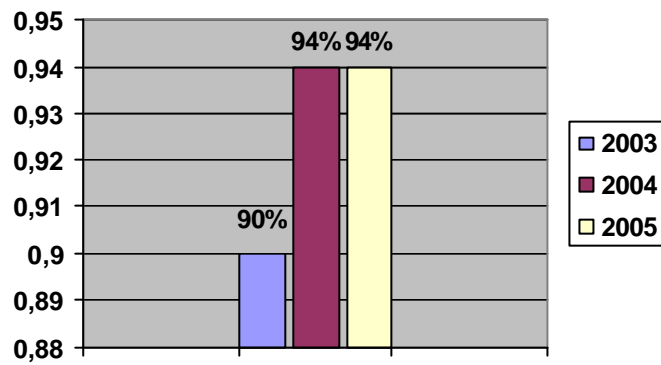
Satisfação quanto ao tempo de espera



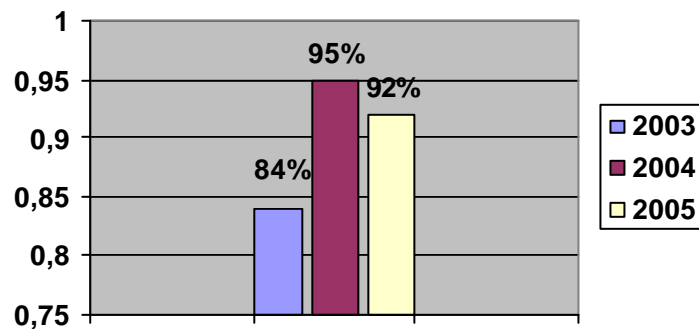
Satisfação quanto às instalações físicas



Satisfação quanto às informações recebidas



Satisfação quanto aos serviços oferecidos



PRIMEIRO EMPREGO

DRT busca sensibilizar empresas maranhenses

Equipe da DRT-MA (Delegacia Regional do Trabalho), responsável pelo Primeiro Emprego no Estado, está realizando visitas periódicas para sensibilizar empresas a disponibilizarem vagas ao Programa em todo o Estado.

A meta é incluir no mercado de trabalho, até o final de 2005, 3 mil jovens entre 16 e 24 anos que possuem renda per capita de meio salário mínimo.

Segundo o coordenador do Primeiro Emprego no Maranhão, Marcelo Rodrigues, até agora já estão disponíveis 2.375 pretensões profissionais, com aproximadamente 1.500 jovens. Das 45 empresas cadastradas, pelo menos 5 já estão oferecendo vagas.

"Sabemos que a demanda de jovens em busca de emprego no Estado é muito alta e, por isso, estamos com uma frente de trabalho intensa no contato e sensibilização das empresas para a importância do Programa", explica.

Rodrigues informa ainda que as empresas podem dispor de 20% do seu quadro de funcionários para o Primeiro Emprego e os salários pagos aos jovens são de acordo com a legislação vigente.

O contrato pode ser feito tanto pela Responsabilidade Social quanto pela Subvenção Econômica. No caso da Responsabilidade Social, a empresa recebe um selo de Parceira do Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego e, com a Subvenção Econômica, recebe R\$ 1.500 por ano a cada trabalhador admitido pelo PNPE. Esse valor é depositado a cada bimestre, com parcelas de R\$ 250 na conta da empresa.

É bom lembrar que o Brasil já tem normas de responsabilidade social, criada pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Trata-se da norma 16001, que é voluntária e estabelece requisitos mínimos relativos a um sistema de gestão que trata da responsabilidade social das empresas.

Dessa forma, além de auxiliar no desenvolvimento econômico e social do país, a empresa também terá maior chance de competitividade no mercado interno e externo, podendo utilizar normas e selos como marketing social, inclusive referente ao Programa Primeiro Emprego, que também emite um selo e é uma garantia de que a empresa está interessada em contribuir para a sociedade em geral.

Vagas disponíveis - A vaga para o Programa Primeiro Emprego deverá ser cumprida em 12 meses e, após esse período, a empresa pode contratar o trabalhador normalmente, fora do Programa. As principais atividades disponíveis são nas áreas de auxiliar de escritório em geral, recepcionistas, vendedor de comércio varejista e em informática, como as funções de digitador e operador de micro.

O cadastro, tanto de empresas quanto de candidatos, pode ser feito pela página eletrônica do Ministério do Trabalho e Emprego (www.mte.gov.br ou www.trabalho.gov.br), entrando no link Jovem Trabalhador, Primeiro Emprego e finalmente Inscrição do Jovem ou da Empresa.

Visita - A diretora do Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para a Juventude, Gladys Rodrigues de Andrade, de Brasília, esteve em São Luís nos dias 22 e 23 de março em visita para articular a implantação do Programa Primeiro Emprego no Maranhão.

Gladys, juntamente com a equipe da DRT-MA, realizou reuniões com a Vale do Rio Doce, Alumar e demais empresas e entidades e discutiu a importância da inclusão e qualificação para o mercado de trabalho.

Qualificação - Uma das vertentes do programa, que trata da qualificação profissional, é o Consórcio Social da Juventude, que deverá ser implantado até o próximo mês em São Luís e Alcântara.

imirante.com - O Portal do Maranhão



28/04/2005

DRT-MA lança nesta sexta software do emprego doméstico

SÃO LUÍS - Para participar das atividades comemorativas do 1º de maio, a Delegacia Regional no Maranhão (DRT-MA) lança Software do Emprego Doméstico sexta, dia 29, às 9h, no auditório térreo da DRT, no São Francisco.

O evento contará com o pronunciamento do Delegado Regional do Trabalho no Maranhão, Ubirajara do Pindaré, sobre Software do Emprego Doméstico e o Balanço das Atividades desenvolvidas pela DRT/MA até agora referente a 2005.

O Software do Emprego Doméstico tem o objetivo de combater a informalidade, otimizando os procedimentos inerentes às relações de trabalho no âmbito doméstico.

A DRT-MA, juntamente com representantes de entidades sindicais, servidores, autoridades públicas e a sociedade civil em geral, prestará as justas e merecidas homenagens à classe trabalhadora maranhense, que tanto têm contribuído para o desenvolvimento desta terra.

IMPERATRIZ

FOTOREPENSÃO



■ BARRACÃO onde a DRT flagrou trabalhadores em escravidão



■ FISCAL da DRT identifica homens que trabalhavam irregularmente

DRT detecta, na Região Tocantina, trabalhadores em regime escravo

EM SETEMBRO A FISCALIZAÇÃO RESGATOU MAIS DE 60 LAVRADORES ESCRAVIZADOS

IMPERATRIZ - A equipe da Delegacia Regional do Trabalho no Maranhão (DRT) realizou mais uma ação fiscal de combate ao trabalho escravo no estado. O saldo foi de mais 60 trabalhadores resgatados, totalizando 508 pessoas retiradas de regime de escravidão desde 2003.

A fiscalização aconteceu entre 26 de setembro e 8 de outubro, na Região Tocantina, nos municípios de Açailândia, Buritirana, Itinga, Porto Franco e Lajeado Novo.

Até agora, já foram recolhidos mais de R\$ 114 milhões em pagamento de rescisões de con-

trato dos trabalhadores desde o início das fiscalizações pela DRT, sem contar os dados da equipe móvel de Brasília, ligada diretamente ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Durante esta última ação, foram encontradas quatro mulheres e duas adolescentes em condições análogas a de escravo. Ao todo, foram emitidos 31 seguros-desemprego e lavrados 28 autos de infração.

Segundo o delegado regional do Trabalho, Ubirajara do Pindaré, a DRT já realizou três ações somente neste ano e ainda realizará mais duas até dezembro.

"O combate ao trabalho escravo é uma das prioridades da DRT, porque é a situação extrema de superexploração dos trabalhadores. Somente intensifi-

cando a repressão é que conseguiremos erradicar esta mazela que assola a sociedade maranhense, brasileira e até mundial", destacou o delegado.

FIQUE POR DENTRO

■ **Ações executadas em setembro**

- Denúncias apuradas (estabelecimentos fiscalizados) - 9
- Trabalhadores alcançados - 83
- Trabalhadores registrados durante a ação fiscal - 81
- Trabalhadores resgatados - 63
- Valor bruto das rescisões - R\$ 31.200

- Valor líquido recebido - R\$ 28.840
- FGTS recolhido na ação fiscal - R\$ 3.870
- Seguros-desemprego emitidos - 31
- Autos de infração lavrados - 28
- Termo de Intidação emitido - 2
- Número de mulheres - 4
- Adolescentes trabalhadores - 2
- Termo de Ajustamento de Conduta - 6

Seguro-desemprego contempla pescadores durante a piracema

POR AURÉLIO CARVALHO

A Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social do Maranhão está realizando um trabalho de cadastramento dos pescadores. O objetivo é fazer com que esses profissionais recebam o seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo, no período da desova dos peixes, já que ficam proibidos de pescar no período que vai de novembro a fevereiro, podendo se estender até março, dependendo do local.

De acordo com o secretário de Desenvolvimento Social do Estado, Lula Almeida, este trabalho só está sendo possível devido a um convênio com a Delegacia Regional do Trabalho. "É a DRT quem faz as inscrições dos pescadores. O trabalho da secretaria é visitar as colônias e divulgar tanto essas inscrições quanto a do seguro-desemprego", explicou Lula Almeida. De acordo com o secretário, só podem receber o seguro, pescadores profissionais devidamente legalizados pelo Ibama e que dependem da pesca para sobreviver.

O período da piracema (época em

que os peixes estão em desova), dura cerca de 90 a 120 dias. Durante esse tempo, qualquer pescador que for pego pescando, terá seu material apreendido pelo Ibama, pagará multas e será enquadrado na Lei de Crimes Ambientais. No Maranhão existem 89 colônias de pescadores. Só na colônia V29, em Imperatriz, são mais de 1500 associados. "Existe muita gente sobrevivendo da pesca no nosso Estado. Só que essas pessoas estavam sendo esquecidas pelos órgãos competentes. É preciso que se volte os olhos para os pescadores e valorize o seu trabalho. Por isso que nós, da Secretaria de Desenvolvimento Social, estamos indo em todas as colônias levar informações sobre os direitos do pescador", disse Lula Almeida.

Para o ano que vem, a Secretaria pretende fazer um levantamento de todas as necessidades das colônias e realizar treinamentos com os dirigentes dos pescadores em cada local. A ação faz parte do Plano de Estadual de Geração de Emprego e Renda da Secretaria de Desenvolvimento Social do Maranhão.

DRT-MA resgata 79 trabalhadores escravizados na Região dos Cocais

A equipe da DRT-MA (Delegacia Regional do Trabalho) no Maranhão realizou este mês mais uma fiscalização de combate ao trabalho escravo no Estado. Trata-se da quinta ação específica somente este ano. A previsão é fechar 2005 com 6 operações efetuadas.

O saldo, somente na Região dos Cocais, município de Codó, foi de mais 79 trabalhadores escravizados, já somando o total de 587 trabalhadores resgatados pela equipe da Delegacia desde 2003 em todo o Estado, quando iniciaram as fiscalizações regionais.

Em Codó, foram encontradas duas fazendas - Granosa, localizada no povoado de Sanganhá e Sagrisa (do Grupo Maratá), situada no povoado Boca da Mata. Na primeira, a equipe da DRT-MA encontrou 52 trabalhadores em situação degradante de trabalho. Entre eles, pelo menos 30 homens estavam dormindo em barracões juntamente com animais. Na segun-

da, 27 trabalhadores foram resgatados. Além disso, as dependências das duas fazendas não apresentavam condições sanitárias mínimas e a água para beber era somente a do açude.

A maioria dos trabalhadores da fazenda Granosa foi aliciada pelo "gato" (empregueiro) no município de São Mateus. Já os trabalhadores da fazenda Sagrisa eram todos de Codó.

A equipe da DRT regularizou a situação dos trabalhadores, que foram libertados e ainda receberam rescisão e terão direito a 3 meses de seguro-desemprego.

Reação - "Parece que não é verdade. Somos tão explorados aqui que quando chega esta equipe a gente fica até com receio do que vão fazer com a gente. Mas depois, ficamos mais calmos e voltamos pra casa com dinheiro e segurança", afirmou o trabalhador rural C. V., 47 anos, de Codó, que foi resgatado da fazenda Sagrisa. Ele conta que é a quarta vez que "cai no

trabalho escravo", acreditando na promessa do empregueiro de receber R\$ 20 por libra de roço de jacuira.

Já o trabalhador R. J. C., 68 anos, também resgatado na mesma fazenda, disse que as condições nunca são boas, mas a falta de oportunidade de emprego é que faz terem de se submeter a elas. "Aqui, a água chega a ser azeda e a comida é muito ruim. O que mais me preocupa quando estou isolado (na fazenda), é saber que eu posso ser enganado e voltar pra casa 'liso', sem nenhum dinheiro."

A operação aconteceu entre os dias 7 e 19 de novembro, no Baixo Parnaíba (Chapadinha, Anapurus) e Região dos Cocais (Codó) e contou com a par-

ticipação de 5 auditores fiscais, 2 motoristas da DRT-MA, 1 delegado e 5 agentes da Polícia Federal.

Segundo o delegado regional do Trabalho no MA, Ubirajara do Pindaré, o combate ao trabalho escravo é uma das prioridades da DRT-MA. "Entendemos que reduzir um trabalhador a uma condição análoga à de escravo é a situação extrema de super-exploração. Somente intensificando a repressão, é que conseguiremos erradicar esta mazelê que assola a sociedade maranhense, brasileira e até mundial".

Acompanhe os números referentes à última fiscalização (novembro de 2005):

Delegacia apontada (estabelecimento fiscalizado)	06
Trabalhadores resgatados	79
Valor das rescisões	R\$ 65.000
Autos de infração lavrados	08
Número de mulheres	05

São Luís, sábado, 3 de dezembro de 2005

Luta contra trabalho escravo ganha força no Maranhão

POR JOSÉ LINHARES JR.

O Fórum de Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão (Forem) divulgou dados animadores sobre a atuação da entidade nos últimos anos no Estado. De acordo com estimativas, que traçam comparativos entre os anos de 2003, 2004 e 2005, o número de trabalhadores resgatados, termos de ajuste de conduta e estabelecimentos fiscalizados tiveram crescimento vertiginoso. "Isso demonstra um amadurecimento das instâncias responsáveis pela fiscalização, assim como da própria sociedade", afirmou o delegado regional do Trabalho, Ubirajara do Pindaré.

Balanco - A reunião que divulgou os números relativos à expansão da luta contra o trabalho escravo no Maranhão foi realizada na manhã de ontem no Praia mar Hotel. Entre as principais ações desenvolvidas em 2005, está a realização de seminários que promoveram a expansão do Forem no interior do estado. Hoje, o Forem já conta com núcleos regionais em Bacabal, Caxias, Chapadinha, Codó, Pinheiro e Presidente Dutra.



Bira do Pindaré fez um balanço do combate ao trabalho escravo no MA

Além disso, o Forem iniciou o projeto piloto "Arte contra o Trabalho Escravo", que visa inserir debates nas escolas públicas da rede estadual de ensino por meio de atividades culturais. Em 2006, uma das principais me-

tas do Forem será o fortalecimento dos núcleos regionais.

Apesar das expectativas para 2006, os dados comparativos entre 2003, 2004 e 2005 foram o ponto alto da reunião. Em 2003, 139 trabalhado-

res foram resgatados pelo Forem. Em 2004 o número subiu para 188 e em 2005 mais ainda, 244. O mesmo aconteceu com a quantidade de direitos trabalhistas e verbas rescisórias pagas pelos escravagistas. De R\$ 89 mil pagos em 2003, o número subiu para R\$ 204 mil em 2005. O número de ações também teve um aumento de 100% de 2003 para 2005.

Para Ubirajara do Pindaré, muitas conquistas foram alcançadas, mas ainda há muito que conseguir. "O nível de condenações ainda é irrisório. Precisamos começar a fortalecer a cultura de que o escravismo é um crime contra os direitos humanos e merece punições rigorosas. Assim como as ações preventivas, que ainda não alcançaram o mesmo nível de excelência das ações repressoras".

Além da Delegacia Regional do Trabalho, fazem parte do Forem: Ministério Público, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Procuradoria do Trabalho, Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia, Caritas Brasileira, Pastoral da Terra e sindicatos rurais.

São Luís, quarta-feira, 14 de dezembro de 2005

DRT quer facilitar acesso de deficientes ao trabalho

POR AURELIO CARVALHO

Facilitar o acesso do deficiente físico ao mercado de trabalho. Esse foi o principal objetivo da oficina promovida ontem, pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT), e que contou com a presença de mais de cem portadores de deficiência cadastrados no Senai, Senac e na própria DRT. Representantes de empresas como a Faculdade São Luís, Colégio Upaon-Açu, Uniceuma e Norsegel também estiveram presentes à procura de profissionais para o seu quadro.

Os resultados positivos foram imediatos. A empresa de segurança Norsegel, por exemplo, contratou durante a realização da oficina, seis portadores de deficiência auditiva. "Esta oficina foi realizada para os portadores que ainda se encontram desempregados. Então, ver uma empresa contratando algumas dessas pessoas, é muito gratificante. Tenho certeza que ano que vem, quando for realizado outro evento como este, os participantes deste ano já estarão todos no mercado de trabalho. Até porque, hoje eles estão aprendendo com o Senai a como se comportar durante uma entrevista de emprego; como se vestir; e como proceder ao tentar uma vaga em algum cargo. Dessa forma, os empresários não vão mais poder dizer que não contratam os portadores de deficiência porque eles não são qualificados. Hoje, a qualificação que era somente técnica,

agora é também comportamental", disse Teresa de Fátima Mendonça Lima, coordenadora do Núcleo de Combate às Desigualdades e Oportunidades no Trabalho (NCDOT).

Empregos – Segundo os dados da DRT, as cidades de Imperatriz, Timon, Codó, Caxias e São Luís empregam, juntas, 925 portadores de deficiência. Só em São Luís, há 124 deficientes no mercado de trabalho. Os cargos mais comuns ocupados pelos portadores são: auxiliar de produção, serviços gerais, eletricista, trabalhador florestal, mecânico, motorista, auxiliar de escritório e auxiliar de enfermagem.

De acordo com o Decreto nº 3298, de 20 de dezembro de 1999, toda empresa com cem ou mais empregados é obrigada a destinar de 2% a 5% de seus cargos aos portadores de deficiência, na seguinte proporção: até 200 empregados (2%); de 201 a 500 empregados (3%); de 501 a 1000 empregados (4%); mais de 1000 empregados (5%).

No Maranhão, segundo a DRT, das empresas fiscalizadas, cinco foram autuadas por desrespeito à Lei e 90% estão com a cota cumprida. "A autuação para quem não cumpre a Lei, deveria ser imediata, mas nós ainda tentamos conscientizar os empresários, antes de autuá-los. As vezes o resultado é positivo. Quem não se sensibiliza paga uma multa de, no mínimo, R\$ 15 mil", alertou Teresa de Fátima Mendonça Lima.

Rais e Caged mostram mais empregos no MA

Os dois relatórios do MTE mostram que o volume de empregos está crescendo num ritmo de 6% ao ano e que São Luís responde por metade dos novos postos

TÁSSIA AROUCHE e ERNESTO BATISTA

DA EQUIPE DE O IMPARCIAL

O Maranhão apresentou um crescimento de emprego formal de 6,2% em 2004 em relação ao ano anterior. O dado aparece no resultado da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), divulgado na última quarta-feira pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho.

Somente no ano passado, foram criados 21,6 mil novos postos no es-

tado, que alcançou o número de 370 mil empregos formais. O crescimento do estado acompanhou a tendência nacional registrada pela Rais.

No Brasil, foi gerado 1,86 milhão de empregos em 2004, 6,3% a mais do que em 2003. Em termos de números absolutos, este foi o melhor desempenho do mercado formal de trabalho verificado pela Rais, desde 1985, pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O número de empregos formais informados pelos empregadores à relação, no ano passado, atingiu

31,4 milhões em todo o país. O relatório da Rais indica que o estado gerou 1,2% dos novos empregos formais criados no país.

Em termos setoriais, os melhores desempenhos se deram no comércio (6,9 mil novos postos, um crescimento de 12,3%) e nos serviços (6,7 mil novos postos, ou +8%). O único desempenho negativo foi dos serviços industriais de utilidade pública que, com menos 68 postos, decresceu 1,3%.

Apesar da boa notícia em relação ao volume de empregos, no

Maranhão houve queda na renda do trabalhador. Segundo a Rais, o rendimento real médio do trabalhador teve leve caiu 0,9% em relação a 2003.

A Rais é uma declaração feita por todos os empregadores e inscritos no CNPJ. Instituída em 1975, a relação pretende suprir as necessidades de controle da atividade trabalhista no país, o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho e a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais.

PREFEITURA FIRMA CONVÊNIO COM DELEGACIA DO TRABALHO



Prefeito Idemar no ato da assinatura do contrato

O prefeito Municipal Idemar Gonçalves, esteve reunido na última terça-feira, dia 29, com a coordenadora de Emprego e Renda, Anita Almeida e com a representante da Delegacia Regional do Trabalho - DRT, Eide Lamar.

A reunião que tinha como objetivo a assinatura do convênio entre Prefeitura de Açailândia e Delegacia Regional de Trabalho, vai possibilitar que o município também possa emitir Carteira de Trabalho, a CPTMS. Atualmente só o Ministério do Trabalho, através das Delegacias Regionais realizam esse serviço, e devido a grande procura - cerca de 80 por dia - o órgão não está conseguindo atender toda a demanda.

A partir da assinatura do convênio, a Agência do Trabalho de Açailândia, que funciona no prédio da Secretaria de Indústria e Comércio estará habilitada a atender a população que precisar da emissão da carteira de trabalho. O documento é emitido a partir dos 14 anos, e é totalmente de graça.

A Agência do Trabalho de Açailândia, antiga SINE, realiza um atendimento mensal entre 8h00 e

20h00, o que tem tornado a agência um modelo em gestão em todo o Estado. "Estamos empenhados a desenvolver mais essa atividade que irá contribuir direto para a geração de trabalho e consequentemente de renda. O convênio estava desativado e nunca foi legalizado como está sendo agora" - afirmou a coordenadora Anita Almeida.

O prefeito Idemar Gonçalves falou da importância da assinatura do convênio entre o município e a Delegacia Regional do Trabalho, para facilitar a emissão do documento, que é um dos mais importantes para quem está ingressando no mercado de trabalho. "Este convênio facilitará a pessoa que deseja fazer a sua carteira de trabalho, bem como deseja procurar um emprego, pois agora, ele poderá realizar as duas ações em um só lugar e com um atendimento de qualidade, segurança e rapidez" - concluiu o prefeito municipal Idemar Gonçalves dos Santos.

Idemar Gonçalves
Chefe do Executivo
Município

Anita Almeida
Coordenadora de Emprego e Renda
Município

FOLHÃO

São Luís é a segunda maior capital geradora de empregos do Nordeste

São Luís foi a segunda capital nordestina que mais gerou empregos formais em 2005. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), divulgados ontem, o número de trabalhadores com carteira assinada cresceu 7,08% em relação ao volume registrado no ano anterior.

Apenas Natal, capital do Rio Grande do Norte, com 7,31%, teve uma taxa de crescimento maior do que a registrada em São Luís, com um volume de 9.800 empregos. Na capital maranhense foram abertos 7.628 novos postos de trabalho, indicando que a capital sozinha gerou 59,21% dos novos empregos criados no ano passado no Estado. O número de trabalhadores com carteira assinada chega a 107 mil, ou seja, São Luís concentra 49,07% dos empregos formais maranhenses.

O número de novos empregos em São Luís é maior do que o volume gerado por estados como Piauí, Sergipe e Alagoas. O resultado, que consta no relatório do MTE, serve para

mostrar o desempenho de estados e municípios e de indicador da atividade econômica.

Em termos proporcionais o segmento de mercado em São Luís que mais contribuiu para a taxa registrada pelo Caged foi a Construção Civil. Os empregos neste setor subiram 16,32%, o melhor resultado registrado desde 1998. Em termo de números absolutos o setor de serviços foi quem mais abriu postos de trabalho, 3.831 empregos, o que significa uma taxa de crescimento de 6,74%. O volume de empregos formais gerados desde o ano 2003 chega à casa dos 14.685 dos 29.014 postos abertos no período.

Nos primeiros 18 dias de 2006, a tendência de crescimento do número de empregos formais está se mantendo. De acordo com o MTE foram contratados em São Luís 3.136 trabalhadores e demitidos 2.199, o que significa a abertura de 945 dos 1.245 novos postos de trabalho abertos no Estado. Este número já indica um crescimento de 0,88% no âmbito municipal e 0,58% no cenário estadual.

GLOSSÁRIO

AFTs – Auditores Fiscais do Trabalho
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEF – Caixa Econômica Federal
CGU _ Controladoria Geral da União
CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CLT _ Consolidação das Leis do Trabalho
COMPROT – Sistema de Controle de Movimentação de Processo
CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social
DRT – Delegacia Regional do Trabalho
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FUMCAS – Fundação Municipal da Criança e Assistência Social
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NAA – Núcleo de Atividades Auxiliares
NAAd – Núcleo de Apoio Administrativo
NCDOT – Núcleo de Combate às Desigualdades de Oportunidades no Trabalho
NDFG – Notificação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PLANTEQ – Plano Territorial de Qualificação
PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar
PPD – Pessoa Portadora de Deficiência
PQGF – Prêmio Nacional da Gestão Pública
POSP – Programa da Qualidade no Serviço Público
PRT – Procuradoria Regional do Trabalho
RAIS – Relação Anual de Informação Social
SAGEP – Serviço de Qualidade, Atendimento ao Público e Gestão de Programas
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEFIT – Setor de Fiscalização do Trabalho
SEGUR – Setor de Segurança e Saúde do Trabalhador
SEINTT – Seção de Inspeção do Trabalho
SELAD – Seção de Logística e Administração
NEGUR _ Núcleo de Fiscalização em Segurança e Saúde
NEMUR – Núcleo de Multas e Recursos
NFGTS – Núcleo de Fiscalização do FGTS
SERET – Seção de Relações do Trabalho
SES – Seção de Emprego e Salário
SESMT – Serviço Especializado em Engenharia, Segurança e Medicina do Trabalho
SFIT – Sistema Federal de Inspeção do Trabalho

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SINE – Serviço Nacional de Emprego